

Diário do Legislativo de 30/12/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 49ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.2 - 50ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.3 - 51ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.4 - 35ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.5 - 36ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.6 - 37ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.7 - 38ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.8 - 39ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.9 - 40ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa
- 1.10 - 41ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

2 - RELATÓRIO

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 30/6/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre o Sistema Informatizado de Apuração de Frequência; 2ª) dispõe sobre os convênios de cooperação celebrados com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; 3ª) homologa o resultado final dos certames para provimento de cargos efetivos vagos de Técnico de Apoio Legislativo – nível médio de escolaridade – do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, realizados em etapa única, em conformidade com o Edital nº 1/2007, nas seguintes especialidades: Técnico de Apoio Legislativo, Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Enfermagem, Técnico em Mecânica e Técnico em Telecomunicações; 4ª) altera a Decisão da Mesa de 27 de agosto de 2007 que dispõe sobre os procedimentos relativos a convocação de servidor para percepção de Gratificação por Trabalho Estratégico – GTE – pelo desempenho de atribuições em área estratégica prevista no Anexo III da Lei nº 16.833, de 20 de julho de 2007. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.421, a Mesa regulamenta o Adicional de Desempenho – ADE – no âmbito da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Doresópolis, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Jovens da Região do Grande Eldorado, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Sociedade Mineira de Cultura, entidade mantenedora da PUC, tendo como objeto a realização anual do Parlamento Jovem, por meio do envolvimento de estudantes na simulação do funcionamento do parlamento mineiro – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Telemar Norte Leste S.A., tendo como objetivo a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) – parecer favorável à

contratação com dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 2 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 2 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7/7/2008

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual General Silvano Albertoni, tendo como objeto a afetação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Comunitária dos Produtores Panelinhenses – ASCOPPA, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Faria Lemos, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Fundação Hospitalar Santo Antônio, no município de Jaboticatubas, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Oracle do Brasil Sistemas Ltda., tendo como objeto o serviço de atualização de licença de software e suporte – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Lei nº 2.587/2008, da Mesa da Assembléia, que altera o art. 7º da Resolução nº 5.195, de 4 de julho de 2000, que estabelece condições para a realização de concurso público e dispõe sobre o Curso de Formação Introdutória à Carreira do Servidor da Assembléia Legislativa – CFAL – e dá outras providências – parecer para o 1º turno, pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, pelo período de três meses, a partir de 5/7/08, aos servidores Arnaldo Francisco Pena, Analista Legislativo, e Antônio Moreira Bastos, Agente de Execução às Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 8 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 8 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 14/7/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: Requerimento nº 129/2007, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig-, ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG, e ao Diretor Presidente da Copasa, pedido escrito de informação sobre a infra-estrutura existente na Região do Médio São Francisco – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 524/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ofício à Delegacia Titular da Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida pedindo o envio a estas comissões de relatório sobre o andamento dos quarenta e dois inquéritos de desaparecimento de mulheres ocorridos na Região Metropolitana de Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Doutor Viana, Requerimento nº 244/2007, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Detram-MG informações sobre o valor pago pelas seguradoras ao Estado para que ele proceda à arrecadação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 250/2007, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita à Companhia de Desenvolvimento dos Vales - Codevale – relatório circunstanciado sobre a execução do convênio de eletrificação rural da Fazenda Alagadiço, situada no município de Minas Novas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 252/2007, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita à Advocacia-Geral do Estado informações sobre a ação discriminatória da Fazenda Alagadiço, situada no município de Minas Novas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 450/2007, do Deputado Padre João, em que solicita ao Secretário de Estado de Saúde informações sobre os procedimentos para que a população tenha acesso a medicamentos especiais ou de alto custo, especialmente, a imunoglobulina humana – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.131/2007, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Comandante-Geral da PMMG informações sobre os convênios firmados com a BHTRANS, discriminando os valores repassados e o patrimônio adquirido – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.543/2008, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam requisitadas ao Comandante do Policiamento da Capital cópias do termo de cooperação, com vistas às ações do Projeto São Cristóvão, firmado entre a PMMG e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Setra-BH -, o Sindicato dos Donos de Postos de Combustíveis – Minaspetro – e o Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Minas Gerais – Sincavir – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado José Henrique, Requerimento nº 219/2007, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita ao Presidente da Copasa informações sobre o ajuste anunciado no dia 16/2/2007 e sobre a autorização do Governo para que aquela Companhia se responsabilize pela coleta de resíduos sólidos quando o esgotamento sanitário se der por meio de fossa séptica – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 451/2007, do Deputado Padre João, em que solicita ao Iter o envio a esta Casa do levantamento das terras devolutas no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.458/2008, da Comissão de Segurança Pública, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Estado de Defesa Social informações sobre o número de servidores administrativos concursados e efetivados lotados naquela Secretaria – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Tiago Ulisses, Requerimento nº

320/2007, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Subsecretário de Administração Prisional informações sobre o processo licitatório em curso para aquisição de portais de raio-x para as penitenciárias do Estado, sobre o bloqueio de celulares na Penitenciária Nelson Hungria e sobre a qualificação dos dirigentes das unidades prisionais, bem como do Hospital de Toxicômanos de Juiz de Fora, do Hospital Psiquiátrico de Barbacena e do Centro de Apoio de Ribeirão das Neves – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.422/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, em que pleiteia sejam solicitadas ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF – as informações que menciona, sobre a fiscalização da pesca nas diversas bacias hidrográficas do Estado - parecer pela aprovação, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, no período de 18 de agosto de 2008 a 16 de janeiro de 2009, à servidora desta Secretaria, Valéria Ferreira de Paula, nos termos da Resolução nº 800/67. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 16 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 16 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 2/7/2008

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, tendo como objeto a participação conjunta dos convenentes, através de programa de desenvolvimento na implementação de atividades educativas e culturais, com vistas à capacitação e formulação de política de cidadãos, especialmente de professores – parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a HRA Viagens e Turismo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, reserva de hotéis, contratação de seguro de viagem, locação de veículos, traslado, recepção em aeroportos e despachantes para vistos – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 041/2008 – Pregão Eletrônico nº 035/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Lei nº 2.579/2008, da Mesa da Assembléia, que altera o valor do índice básico dos vencimentos dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto na forma proposta, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: dispensando Juscelino Luiz Ribeiro da Função Gratificada de Gerente-Geral – FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 3 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 3 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 3/7/2008

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre o convênio celebrado com a Fundação João Pinheiro para promover a cooperação técnico-científica e cultural entre as instituições por meio do desenvolvimento e da capacitação de seus recursos humanos. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da Assembléia – parecer favorável à contratação, com base no Processo Licitatório nº 082/2007, Pregão Presencial nº 068/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Orientação e Segurança, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Lei nº 2.579/2008, da Mesa da Assembléia, que altera o valor do índice básico dos vencimentos dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto na forma proposta, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "I", da Lei Complementar Federal nº 64/90, e nos termos da Resolução nº 18.019/92, do Tribunal Superior Eleitoral: concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, pelo período de três meses, a partir de 5/7/08, aos servidores Delvis Antônio de Oliveira, Agente de Execução às Atividades da Secretaria, Fernando Gonçalves Oliveira, Técnico de Apoio Legislativo, Haroldo Dartagnan de Carvalho, Analista Legislativo, Juscelino Luiz Ribeiro, Analista Legislativo, Neli Maria Carvalho Guimarães, Agente de Execução às Atividades da Secretaria, Washington Ângelo Cabral, Agente de Execução às Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 7 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 7 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 8/7/2008

Às 16 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprovar a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléia Legislativa referente ao mês de junho de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprovar a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de junho de 2008, composta de balanços, relatórios e

demonstrativos; 3ª) aprovar as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/6/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Beneficente Cristã dos Moradores do Ribeirão de Santana e Adjacências, tendo por objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação de Proteção Ambiental de Bonfinópolis de Minas, tendo por objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Comunitária de Mães, Amigos e Moradores do Alterosa, do município de Betim, tendo por objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Moradores da Comunidade de Nossa Senhora da Paz, do município de Itaobim, tendo por objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Projeto Videiras, tendo por objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28/5/07, resolve designar o servidor José Henrique Ribeiro Campos, como Secretário da Comissão Permanente de Licitação, mantendo a então Secretária, Rosângela Alves Ferreira, como membro efetivo da referida comissão; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I e II do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, e 16.833, de 20/7/07, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 12/6/08, a servidora Maria Helena Reis de Paula, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 9 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 9 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 9/7/2008

Às 16 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo administrativo do Deputado Antônio Genaro – parecer favorável, aprovado; Projeto de Lei nº 2.587/2008, da Mesa da Assembléia, que altera o art. 7º da Resolução nº 5.195, de 4 de julho de 2000, que estabelece condições para a realização de concurso público e dispõe sobre o Curso de Formação Introdutória à Carreira do Servidor da Assembléia Legislativa – CFAL – e dá outras providências – parecer, para o 2º turno, pela aprovação de projeto na forma do vencido em 1º turno, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 12/6/2008, a servidora Maris Stella Coelho, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 14 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 14 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 16/7/2008

Às 8 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispor sobre a aplicação do disposto na Emenda Constitucional nº 79, de 11 de julho de 2008, no âmbito da Assembléia Legislativa; 2ª) validar os procedimentos decorrentes da observância da Lei 15.789/2005 aos impetrantes de mandados de segurança. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Desterro de Entre Rios, tendo por objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Rosa da Serra, tendo por objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Lazúli Arquitetura, Cenotécnica e Cenografia Ltda., tendo por objeto a elaboração de projeto de reprogramação visual, reformas e criação dos cenários no estúdio da TV Assembléia – parecer favorável à contratação, com base no Convite nº 006/2007, Processo Licitatório nº 074/2007, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e TV, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.620/2008, que altera os arts. 4º e 5º da Resolução nº 5.214, de 23 de dezembro de 2003, que altera o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa, dispõe sobre a atualização dos débitos oriundos da celebração de transação judicial e acordo extrajudicial de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12 de agosto de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22 de junho de 2007, e dá outras providências – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto na forma proposta, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 17 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 17 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 17/7/2008

Às 8h30min, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Consultoria em Telecomunicações e Serviços Ltda. - Constel - tendo por objeto a prestação de serviços de consultoria em telecomunicações e treinamentos atinentes à área - parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, c/c art. 13, III, da Lei 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Maxys Brasil Comércio e Serviços Ltda., tendo por objeto a locação de duas copiadoras impressoras a laser, inclusa a prestação de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de insumos e peças de reposição - parecer favorável à ampliação do objeto em 10% (dez por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a SAT Serviços de Informática Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva, com fornecimento de peças e substituição de componentes defeituosos em noventa impressoras da marca Lexmark - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.620/2008, que altera os arts. 4º e 5º da Resolução nº 5.214, de 23 de dezembro de 2003, que altera o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa, dispõe sobre a atualização dos débitos oriundos da celebração de transação judicial e acordo extrajudicial de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12 de agosto de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22 de junho de 2007, e dá outras providências - parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto na forma proposta, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 18 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 18 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 18/7/2008

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa dispõe sobre pagamento de parcelas já processadas aos beneficiários de novas adesões aos acordos e transações previstos nas Resoluções nº 5.216/2004 e 5.305/2007. Isso posto, a Mesa, através da Deliberação nº 2.422/2008, altera as Deliberações da Mesa nº 2.346, de 13 de agosto de 2004, e nº 2.399, de 9 de julho de 2007, que dispõem sobre os procedimentos necessários à celebração de transação judicial e adesão a acordo extrajudicial para quitação dos débitos oriundos da conversão dos vencimentos, proventos e complementação de pensão em Unidade Real de Valor - URV. Logo após, por meio da Deliberação nº 2.423/2008, a Mesa estabelece procedimentos aplicáveis, no âmbito da Assembléia Legislativa, à realização de perícia médica em caso de doenças que assegurem isenção de imposto de renda, limitação à incidência de contribuição previdenciária, na forma do § 21 do art. 40 da Constituição Federal, e concessão de aposentadoria por invalidez. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, tendo como objeto a cooperação para a realização de perícias médicas comprobatórias da condição de portador de deficiência para o Concurso Público - Edital nº 1/2007 - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a DHD Prestação de Serviços de Construção Ltda., tendo como objeto a reforma de pintura das áreas de circulação, corredores, caixas de escadas e corrimãos do Palácio da Inconfidência e do Edifício Tiradentes - parecer favorável à contratação, feita com base no Pregão Presencial nº 027/2008/Lote 1 - Processo Licitatório nº 031/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Engeforma Engenharia Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto a reforma de pintura das áreas de circulação, corredores, caixas de escadas e corrimãos do Palácio da Inconfidência e Edifício Tiradentes - parecer favorável à contratação, feita com base no Pregão Presencial nº 027/2008/ Lote 2 - Processo Licitatório nº 031/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Senador Amaral, tendo como objeto a doação de três microcomputadores, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP - tendo como objeto a assessoria na realização de concurso público para provimento de duzentos e vinte e um cargos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - parecer favorável à prorrogação, pelo período de 26/7/2008 a 31/12/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação, pelo período de doze meses, de empresa ou consórcio de empresas especializadas em radiodifusão - sons e imagens para a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão dos sinais de áudio e vídeo da TV Assembléia instalados no interior do Estado de Minas Gerais, demais especificações, conforme solicitação da Gerência de Operações da Diretoria de Rádio e Televisão. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 28 de julho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, aos 28 de julho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA – 2008

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício da competência que lhe confere o inciso III do "caput" do art. 79 do Regimento Interno, apresenta o Relatório das Atividades desta Casa na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

1 – APRESENTAÇÃO

No momento em que a Assembléia vem prestar contas ao povo mineiro do que realizou ao longo da atual sessão legislativa, gostaria de incluir nesse relato uma breve retrospectiva das atividades da Mesa nesses dois anos de mandato.

Ao ser alçada à direção da Casa, a Mesa à qual tenho a honra de pertencer se comprometeu a privilegiar, em sua atuação político-parlamentar, três grandes linhas de ação: o desenvolvimento social do Estado, a identificação das vocações e potencialidades mineiras, com vistas ao seu aproveitamento econômico, e a busca de um novo pacto federativo para o País.

Com grande serenidade, posso hoje lhes afirmar que a Mesa se sente orgulhosa do dever cumprido, se sente orgulhosa desta instituição, pois o balanço do biênio 2007-2008 foi altamente positivo.

Para que as metas traçadas pudessem ser cumpridas, a Assembléia de Minas, inspirando-se em procedimentos adotados em alguns dos países mais desenvolvidos e democracias consolidadas, decidiu priorizar a racionalização da produção legislativa e a melhoria da qualidade das leis.

Estamos certos de que o desenvolvimento socioeconômico de Minas, o aproveitamento adequado de suas vocações e potencialidades e o fortalecimento do Poder Legislativo só serão plenamente atingidos com um programa de legislação sintonizado com os interesses do Estado e os anseios da sociedade mineira.

Com esse propósito, a Assembléia vem-se abrindo cada vez mais à participação popular, buscando a aproximação da lei com o cidadão, facilitando o acesso às normas e aumentando a credibilidade das leis e dos legisladores. Seu objetivo é legislar melhor, e não legislar mais, como querem alguns.

E legislar melhor implica o exame criterioso de toda proposição em tramitação na Casa, seja de iniciativa parlamentar ou extraparlamentar. Trata-se de tarefa complexa, que envolve a análise detalhada de cada projeto, muitas vezes com a colaboração de especialistas nos temas em estudo. No Plenário e especialmente nas Comissões, os parlamentares têm oportunidade de aperfeiçoar o texto das diferentes proposições, verificar seus impactos e conseqüências, e apresentar, por meio de emendas, alterações pontuais e até modificações substanciais para que a futura lei cumpra sua função social e contribua para o desenvolvimento do Estado.

Esse empenho da Assembléia, ignorado por aqueles que, numa visão reducionista e equivocada da democracia, aferem a eficácia de um parlamento pela quantidade das leis por ele produzidas, assegura a elaboração de leis de qualidade, resultantes de longos e profícuos debates.

São freqüentes na Casa exemplos de normas cujo texto final é fruto de enriquecedoras contribuições dos parlamentares. Cita-se, entre essas matérias, o PLC nº 26/07, do Tribunal de Justiça, que propõe nova organização e divisão judiciárias no Estado. Depois de muito discutido com o próprio Tribunal, a Amagis e Comissões, o projeto recebeu 150 emendas e dois substitutivos durante sua tramitação. O resultado desse trabalho é uma lei complementar que estabelece critérios objetivos para a classificação das comarcas e exigências mais apropriadas para a instalação de novas comarcas e varas. Dentre as contribuições da Assembléia para o aperfeiçoamento do texto original do projeto, destaca-se o aumento do número de cargos de magistrados, do qual decorrerá melhor atendimento à população por parte dos órgãos judiciários, bem como maior agilidade na prestação jurisdicional.

A norma que atualiza a Lei de Incentivo à Cultura é outro bom exemplo do processo democrático de elaboração legislativa na Assembléia de Minas. Durante o ano de 2007, reuniu-se um grupo de trabalho, composto por parlamentares, técnicos da Secretaria de Cultura, consultores da Assembléia e representantes de entidades culturais, para propor alterações no Projeto de Lei nº 1.022/2007. A Comissão de Cultura realizou audiências públicas com o objetivo de divulgar a iniciativa e colher subsídios para o aprimoramento do texto. O Projeto de Lei nº 2.097, do Governador do Estado, enviado à Assembléia em março de 2008, resultou desse trabalho coletivo. Esse projeto foi anexado ao Projeto de Lei nº 1022/2007, que já tramitava na Casa, e as alterações nele propostas foram incorporadas ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, aprimorado em seguida pelas Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira e Orçamentária e aprovado em Plenário.

O texto final, a Lei nº 17.615, de 2008, é, pois, uma construção coletiva dos parlamentares, do Executivo e da sociedade.

Visando à instituição de um modelo de desenvolvimento social para o Estado baseado no respeito ao ser humano e ao meio ambiente, a Assembléia incentivou o debate sobre temas ligados às questões sociais e aperfeiçoou e editou normas essenciais no campo da saúde, da educação, da cultura, da proteção à criança, ao adolescente, ao idoso e às minorias.

Muitos textos produzidos pela Casa testemunham a atenção dispensada pelos parlamentares à solução de problemas sociais. Dentre os aprovados nesses dois últimos anos, alguns são portadores de grandes avanços: as leis que fixam critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida; a que torna obrigatória a afixação, em hotéis, pensões, motéis e estabelecimentos congêneres, de placas que alertem sobre o fato de que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime; a que determina a divulgação, pelas administradoras de cartões de crédito, de dados essenciais para o consumidor; a que institui o Bolsa Verde; a que dispõe sobre a política de incentivo à cultura; e a que incentiva a produção e o consumo de mandioca.

Ressalte-se ainda outra conquista da Casa na área social: a criação do Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher e da Vara Especializada em Crimes contra a Mulher, resultantes dos trabalhos e gestões constantes dos parlamentares, especialmente da bancada feminina, junto ao Executivo e ao Judiciário.

Ganhos sociais significativos também advieram de deliberações da Assembléia consubstanciadas nas seguintes leis: Lei nº 17.107, de 2007, que destina preferencialmente os produtos florestais apreendidos pela fiscalização a programas de construção de habitações populares desenvolvidos pelo poder público; Lei nº 16.670, de 2007, que dispõe sobre a doação de produtos apreendidos pelas autoridades competentes, no exercício do poder de polícia, a instituições filantrópicas; e Lei nº 17.249, de 2007, que cria a notificação compulsória de violência contra o idoso.

No que se refere às políticas públicas e ao desenvolvimento global do Estado, há que se registrar o diálogo construtivo que se estabeleceu, ao longo desses dois anos, entre o Parlamento e o Executivo. Graças a um espírito de abertura e colaboração, os dois Poderes trabalharam juntos pelo interesse geral. Mais uma vez, a Assembléia desempenhou com serenidade seu papel de avaliação e controle das políticas públicas, por intermédio dos processos de revisão do PPAG e de apreciação do Orçamento. Nesses dois processos, o Executivo forneceu ao Legislativo informações e associou-se a suas atividades, cedendo técnicos para, junto com servidores da Assembléia, promoverem curso de formação para representantes dos movimentos sociais, com o objetivo de repassar-lhes informações e qualificar sua intervenção nos projetos de revisão do PPAG e do Orçamento.

No processo orçamentário, a participação da Casa assegura transparência ao Orçamento, legitima as opções do Governo e permite a correção de erros e omissões, o atendimento de necessidades setoriais, além de propiciar amplo debate sobre o mérito dos projetos e as fontes de recursos para sua implementação.

Tendo como objetivo maior eficiência administrativa, a Assembléia aprovou, neste biênio, relevantes propostas de modernização do serviço público, incluindo alterações na estrutura de órgãos estaduais, benefícios para os servidores, como prêmio por produtividade e avaliação de desempenho individual, além de reajustes de vencimentos. Com o mesmo objetivo, a Casa promoveu mudanças em sua estrutura administrativa e no sistema de carreira e se empenhou por melhores condições de trabalho e qualidade de vida de seus servidores. Cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, além da realização de concurso público, foram algumas das iniciativas da Mesa com vistas a assegurar apoio técnico qualificado e o suporte administrativo indispensável ao desempenho das atividades parlamentares.

Para identificação das vocações e potencialidades mineiras, com vistas ao seu aproveitamento econômico, a Assembléia fomentou estudos e debates e adotou medidas para estimular novos negócios e investimentos no Estado.

O debate público "Etanol – Investimentos e Impactos em Minas Gerais", o ciclo de debates sobre licenciamento ambiental e o seminário legislativo "Minas de Minas" figuram entre os eventos promovidos pela Casa em busca de soluções capazes de gerar renda, emprego e melhores condições de vida para a população.

O seminário "Minas de Minas", maior evento institucional de 2008, teve por objetivo definir uma política minerária para o Estado e colher sugestões para aprimorar a legislação e a política nacional para o setor. O evento contou com expressiva participação de representantes dos diversos segmentos envolvidos na cadeia produtiva da mineração e aprovou propostas como a de se alterar a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e se elevar o percentual repassado aos Municípios; a de se elaborar um programa de orientação aos Municípios mineradores para aplicação e fiscalização dos recursos do *royalties*; e a de se criar uma caução para os empreendedores, como garantia de recuperação ambiental, por ocasião do fechamento de minas.

O seminário foi antecedido por um ciclo de debates, no Plenário da Assembléia, sobre licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável. A principal reivindicação dos produtores rurais e parlamentares durante o evento foi a modificação do Decreto 44.309, de 2006, que trata do licenciamento ambiental e das infrações ambientais. Segundo participantes do evento, a norma vinha sendo aplicada abusivamente por fiscais e pela polícia ambiental. Uma vitória expressiva da Casa foi a modificação desse decreto, mediante gestões junto ao Executivo, para que nele fossem previstas, na fiscalização, autuação e procedimentos administrativos, a observância da situação econômica dos produtores rurais e a redução do valor da multa simples.

A busca de um novo pacto federativo para o País, com ampliação das competências legislativas dos parlamentos estaduais, foi um dos grandes desafios desta Mesa e certamente o será para a que lhe suceder.

Para a refundação da Federação brasileira, o fortalecimento dos Legislativos estaduais é condição indispensável. Assim, construir um Legislativo forte e soberano é nosso dever e nossa inspiração, e isso só será possível com a formação de cidadãos ativos e conscientes de suas responsabilidades na vida do Estado.

Daí a importância de projetos como o Parlamento Jovem e o Expresso Cidadania.

Criado com o objetivo de preparar os jovens para assumir suas responsabilidades de cidadãos, incentivar a participação política e o voto consciente, o Expresso Cidadania atraiu quase 20 mil estudantes e dezenas de professores nas diferentes regiões do Estado. Esse projeto, executado em parceria com o TRE e a Secretaria de Estado de Educação, foi consagrado com o Prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – ABERGE – na categoria Eventos Especiais, uma das mais conceituadas premiações na área da comunicação no País.

A entusiasta participação dos jovens nas palestras, painéis temáticos, oficinas e esquetes teatrais oferecidos durante a passagem do Expresso Cidadania pelo interior de Minas e o reconhecimento nacional dessa iniciativa da Assembléia reafirmam o papel fundamental do Poder Legislativo na transmissão dos valores e procedimentos democráticos como pressuposto para a cidadania autêntica e responsável, capaz de promover transformações na vida do Estado.

É preciso lembrar que nenhuma das missões deste Parlamento seria possível e exitosa não fossem suas decisões permeadas pela vontade popular, pois a política só tem sentido e nobreza no seio de uma sociedade aberta ao diálogo, na qual cada cidadão é livre para exprimir e fazer valer seus argumentos e convicções.

Por fim, gostaria de ressaltar a corajosa atuação de cada um dos parlamentares desta Casa, das lideranças e da Mesa diretora, que, animados pela mesma paixão de servir ao interesse geral e ao Estado, fizeram viver plenamente nossa Assembléia. Ao Presidente Alberto Pinto Coelho, um especial agradecimento pelo seu espírito público e trabalho incansável em prol do fortalecimento do Legislativo, tanto à frente deste Parlamento como do Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas..

2 – ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

2.1 – PLENÁRIO

O grande desafio para a Assembléia em 2008 foi conciliar as atividades legislativas com o natural envolvimento dos parlamentares nas eleições municipais. Mas a sessão legislativa que se encerra foi muito produtiva: o Parlamento se reafirmou como legítimo canal de participação da sociedade mineira no processo decisório do Estado, sem relegar suas atribuições constitucionais. Neste ano, o Plenário discutiu e votou leis da maior importância para o desenvolvimento do Estado e a evolução da sociedade mineira.

Entre as proposições aprovadas pela Assembléia em 2008 e já transformadas em norma jurídica, merecem destaque:

Lei nº 17.503, de 26 de maio de 2008

Ementa: Dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas destinadas à coleta de materiais inorgânicos passíveis de reciclagem.

Origem: PL 612/2007

Autor: Deputado Weliton Prado

A lei determina que cabe ao poder público "incentivar a constituição de associações e cooperativas destinadas à coleta de materiais passíveis de reciclagem, por meio de criação de linhas de crédito com condições especiais e de apoio técnico à execução de seus objetivos".

Lei nº 17.505, de 29 de maio de 2008

Ementa: Dá nova redação ao § 1º da Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público.

Origem: PL nº 683/2007

Autor: Deputado Weliton Prado

A Lei nº 17.505 tem como objetivo esclarecer a abrangência da expressão "edifício de uso público". Conforme a nova redação, "considera-se edifício de uso público o que abriga atividade de atendimento ao público, incluindo estabelecimentos comerciais, órgãos públicos, agências e postos bancários, salas de exibição, estacionamentos, clubes e estabelecimentos de ensino, entre outros".

Lei nº 17.506, de 29 de maio de 2008

Ementa: Institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto.

Origem: PL 973/07

Autores: Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes

O projeto prevê a medição individualizada do consumo de água nos edifícios, mediante requerimento do síndico ou responsável. A adaptação das instalações será de responsabilidade do requerente e obedecerá aos padrões e critérios técnicos definidos pelo prestador, mas a medição individual não dispensará a medição do consumo global.

Lei nº 17.507, de 29 de maio de 2008

Ementa: Torna obrigatória a afixação, em hotéis, pensões, motéis e estabelecimentos congêneres, de placas que alertem sobre o fato de que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime.

Origem: PL nº 1.227/2007

Autor: Deputado Tiago Ulisses

A nova lei determina a colocação de cartazes em local de fácil visibilidade, contendo o número do telefone do serviço disque-denúncia e informando sua natureza gratuita e sigilosa.

A lei trabalha duas vertentes distintas e complementares entre si: a educativa, já que fomenta uma consciência não só da ilicitude da exploração sexual infantil e juvenil, mas também da necessidade de proteção dessa camada da população; e a repressiva, uma vez que fortalece o serviço disque-denúncia, que possui importância estratégica no combate à violação dos direitos da criança e do adolescente, especialmente no campo sexual.

Trata-se de medida importante no campo da segurança pública, principalmente porque Minas Gerais, segundo a Organização Internacional do Trabalho, é o Estado brasileiro que tem maior quantidade de pontos de exploração sexual infantil nas rodovias, entre os quais diversos hotéis e motéis.

Lei nº 17.608, de 2 de julho de 2008

Ementa: Altera os arts. 2º e 8º da Lei nº 14.940, de 29 de dezembro de 2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais – TFAMG – e dá outras providências.

Origem: PL nº 1.583/2007

Autor: Governador do Estado

A lei tem origem no Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária ao projeto do Governador durante o processo de tramitação.

A diminuição do encargo tributário das empresas, em razão do estabelecimento do novo conceito de microempresa e empresa de pequeno porte, e a correção da distorção na cobrança dos encargos moratórios decorrente do atraso do recolhimento do tributo são as principais alterações promovidas pela nova lei.

Lei nº 17.615, de 4 de julho de 2008

Ementa: Altera a Lei nº 12.733, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado.

Origem: PL nº 1.022/2007

Autora: Deputada Elisa Costa

Obs.: Anexado o Projeto de Lei nº 2.097/2008, do Governador do Estado.

A norma atualiza a Lei de Incentivo à Cultura, instituindo mecanismos de descentralização da aplicação dos recursos e determinando o escalonamento dos percentuais mensais a serem deduzidos do ICMS devido pelas empresas que apoiarem projetos culturais, de acordo com seu faturamento, entre outras importantes alterações.

Durante o ano de 2007, reuniu-se um grupo de trabalho composto por parlamentares, técnicos da Secretaria de Cultura, consultores da ALMG e representantes de entidades culturais para propor alterações no Projeto de Lei nº 1.022/2007. A Comissão de Cultura realizou três audiências públicas, em Cataguases, Governador Valadares e Belo Horizonte, com o objetivo de divulgar a iniciativa e colher subsídios para o aprimoramento do projeto. As reuniões contaram com a presença de representantes da Secretaria de Estado de Cultura e de entidades da sociedade civil com atuação no setor cultural. O Projeto de Lei nº 2.097, do Governador do Estado, enviado à Assembléia em março de 2008, resultou desse trabalho coletivo. O projeto do Governador foi anexado ao Projeto de Lei nº 1022/2007, e as alterações nele propostas foram incorporadas ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, aprimorado pelas Comissões de Cultura e Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Lei nº 17.682, de 26 de julho de 2008

Ementa: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro ("Caryocar brasiliense").

Origem: PL nº 725/2007

Autor: Deputado Doutor Viana

A Lei nº 17.682, elaborada a partir dos subsídios colhidos nas discussões promovidas pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, visa harmonizar os projetos de uso sustentável das terras do semi-árido mineiro e a preservação do pequizeiro. Com a nova norma, o abate do pequizeiro só será admitido quando necessário à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou de relevante interesse social, mediante prévia autorização do poder público e compromisso formal, entre o empreendedor e o órgão ambiental competente, do plantio de 25 mudas catalogadas e identificadas da mesma espécie, por árvore a ser abatida. São previstas também medidas para o acompanhamento do plantio das mudas e o monitoramento de seu desenvolvimento por profissional legalmente habilitado por um prazo mínimo de cinco anos.

A lei prevê, ainda, que, no Município em que houver Conselho Municipal de Meio Ambiente, o abate de pequizeiros em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído poderá ser autorizado por esse órgão.

Lei nº 17.715, de 11 de agosto de 2008

Ementa: Altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação.

Origem: PL nº 2.317/2008

Autor: Governador do Estado

O projeto original centrava-se na ampliação do número de conselheiros do Conselho Estadual de Educação, de 24 para 30 membros, mas relevantes contribuições da Assembléia foram incorporadas ao texto, como a inclusão obrigatória de membros oriundos da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – na composição da Câmara de Ensino Superior. Outra alteração promovida pelos parlamentares foi a determinação de que a relação dos indicados para a função de conselheiro, a ser encaminhada à Assembléia Legislativa, seja divulgada no órgão oficial dos Poderes do Estado e na página oficial do Conselho Estadual de Educação na internet, possibilitando ao cidadão o acompanhamento do processo de escolha dos conselheiros.

Lei nº 17.727, de 14 de agosto de 2008

Ementa: Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, para os fins que especifica, e altera as Leis nºs 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

Origem: PL nº 952/2007

Autor: Deputado Roberto Carvalho

A lei cria benefício financeiro anual a ser concedido a produtores ou posseiros rurais que promovam, conforme regulamento a ser editado pelo Executivo, ações de recuperação, preservação e conservação da biodiversidade ou de recursos hídricos em áreas de sua propriedade ou posse.

A lei citada altera as leis Florestal (Lei nº 14.309, de 2002) e das Águas (Lei nº 13.199, de 1999), nelas inserindo dispositivos que autorizam a concessão do benefício pelo Estado.

O processo de elaboração dessa lei, que cria o primeiro instrumento econômico de gestão ambiental do Estado, contou com ampla participação dos órgãos ambientais estaduais e de entidades representativas dos setores sociais interessados (produtores rurais e movimento ambientalista). A lei representa, assim, a concretização de discussões sobre a gestão ambiental pública que vêm ocorrendo no Estado, tendo o

Legislativo como protagonista.

Tendo como marco a instalação da Comissão Especial da Governança Ambiental, em 2006, o debate sobre como alcançar sucesso nas políticas públicas de conservação e preservação do meio ambiente abordou diversos aspectos, entre eles o arsenal de instrumentos utilizado pelo poder público e a eficácia de sua aplicação. Com a concordância expressa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, foi atestada a exaustão do modelo de gestão ambiental baseado em instrumentos de "comando e controle" e confirmada a necessidade de implementação de novas ferramentas, como a formação de mercado (por exemplo, por meio da adoção do crédito de carbono) e o pagamento por serviços ambientais.

Oportunamente, a tramitação do Projeto de Lei nº 952/2007, criando a Bolsa Verde, condicionada ao cadastramento e à conservação de nascentes, permitiu o debate e o aperfeiçoamento do instrumento, ampliando sua aplicação à prestação de serviços ambientais por produtores rurais. Sem perder o foco na obrigatoriedade da manutenção da reserva legal e das áreas de preservação permanente pelos produtores rurais, o benefício representará um reconhecimento objetivo, por parte da sociedade, dos custos de proteção dessas áreas privadas, hoje ainda assumidos exclusivamente por seus proprietários ou posseiros.

A regulamentação da Bolsa Verde pela Semad representará para o Estado o aprendizado de como transformar um agente de degradação em parceiro na recuperação, preservação e conservação do meio ambiente rural. Vale comentar que estão sob gestão do produtor rural cerca de 90% do território estadual. É grande, portanto, o potencial de alteração da realidade pela lei aprovada nesta Casa.

Lei nº 17.759, de 9 de setembro de 2008

Ementa: Determina a divulgação, pelas administradoras de cartões de crédito, dos dados que menciona.

Origem: PL nº 1.233/2007

Autor: Deputado Jayro Lessa

A lei em questão, ao viabilizar o acesso às administradoras de cartão de crédito, ensejou maior respeito ao consumidor e permitiu a celeridade e presteza nos acordos administrativos. Dessa forma, também, tornou mais eficiente a prestação do serviço de orientação e defesa do consumidor.

Diante das dificuldades encontradas em negociar diretamente com a administradora de cartão, os clientes, insatisfeitos, recorrem aos órgãos de proteção ao consumidor, que também enfrentam o mesmo problema: não dispõem dos dados cadastrais básicos, o que impede a notificação prévia da empresa mediante Aviso de Recebimento ou qualquer outro tipo de notificação. Dessa forma, o consumidor submete-se ao pagamento de juros fiscais ou de mora, muitas vezes pela cobrança indevida de serviços não solicitados ou pelo não adimplemento do pagamento total de sua dívida, que poderia ser negociada com a administradora.

Lei nº 17.785, de 23 de setembro de 2008

Ementa: Estabelece diretrizes para facilitar o acesso da pessoa portadora de deficiência ou com dificuldade de locomoção aos espaços de uso público no Estado.

Origem: PL nº 342/2007

Autor: Deputado Doutor Viana

Essa lei complementa as disposições da Lei nº 11.666, de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência aos edifícios de uso público. A inovação, portanto, está em promover as adequações necessárias nos espaços abertos de uso público, tais como praças, parques e outros, de forma a conferir tratamento diferenciado aos portadores de necessidades especiais, garantindo, assim, a acessibilidade.

Lei Complementar nº 105, de 14 de agosto de 2008

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.

Origem: PLC nº 26/2007

Autor: Presidente do Tribunal de Justiça

A proposição promove alterações na Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.

Em 1º turno, o projeto foi submetido a ampla discussão, tendo passado pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Houve grande envolvimento dos agentes do Poder Legislativo na apreciação da matéria.

Aprovada no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, destacados e aprovados o art. 30 do projeto original e a Emenda nº 90, apresentada em Plenário, a proposição ainda foi objeto, em 2º turno, de outras propostas de aperfeiçoamento, especialmente durante sua tramitação na Comissão de Administração Pública. Durante a discussão do parecer na citada comissão, em reunião realizada no dia 16/7/2008, foram acatadas sugestões de emendas apresentadas por vários deputados, dando ensejo à apresentação de nova redação do parecer.

O resultado final desse esforço conjunto é que a nova lei complementar atualiza a divisão judiciária do Estado e empreende adaptações em sua organização, dando cumprimento não só a normas constitucionais introduzidas pela Emenda nº 45, de 2004, como também às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. Entre outras medidas, a lei estabelece critérios objetivos para a classificação das comarcas e exigências mais adequadas para a instalação de novas comarcas e varas. Também é manifesta a preocupação em criar meios para corrigir as dificuldades encontradas no dia-a-dia dos trabalhos dos órgãos jurisdicionais – por exemplo, com o aumento do número de cargos de magistrados –, como

forma de melhorar o atendimento à população.

2.2 – COMISSÕES

Nas Comissões, a sociedade mineira tem oportunidades concretas de interferir no processo legislativo e de construir, junto com seus representantes, um Estado mais justo e solidário.

Para exame de determinado projeto, os membros das Comissões buscam identificar o problema que a lei projetada visa resolver, dados e informações de especialistas e interessados na solução desse problema, e têm a possibilidade, por intermédio das audiências e debates públicos, de promover ampla discussão com a sociedade, com vistas a legitimar suas opções e subsidiar posteriormente a votação da matéria em Plenário.

Além de fundamental para o aperfeiçoamento das proposições que tramitam na Casa, o trabalho das Comissões se estende à discussão de questões essenciais para o Estado e a sociedade, como a transferência de vôos de grande porte do aeroporto de Confins para o aeroporto da Pampulha; a ampliação do acesso da população à justiça; o atendimento prestado pela Cemig aos usuários vítimas de panes no sistema elétrico. É importante também a intervenção dos parlamentares na mediação de conflitos como o ocorrido, neste ano, entre os fiscais do trabalho e as cooperativas de serviço médico.

As principais atividades de cada uma das Comissões da Casa, nesta sessão legislativa, são a seguir destacadas.

Projetos de reajuste de vencimentos dos servidores do Estado, problemas relativos ao apostilamento de diretores de escolas estaduais, criação de políticas de interiorização e implantação de plano de carreira, cargos e salários para atrair profissionais da medicina para o interior do Estado, foram alguns dos assuntos discutidos na Comissão de Administração Pública.

Entre as matérias debatidas na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, destacam-se: a execução do Programa de Eletrificação Rural Luz para Todos; o Projeto de Lei nº 1.880/2007, de autoria do Deputado Wander Borges, que estabelece normas gerais para a instituição de loteamentos fechados e condomínios urbanísticos no Estado; a transposição de linhas férreas da Ferrovia Centro-Atlântica; e a política pública de saneamento básico, em especial a criação de uma entidade reguladora dos serviços no âmbito estadual, conforme previsto na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Em Ipatinga, a Comissão discutiu, em audiência pública, a revitalização do Ribeirão Ipanema; em Brasópolis, o projeto de construção de um sistema de barragens para a contenção de enchentes ao longo do curso do Rio Sapucaí.

A Comissão de Constituição e Justiça, além de examinar sob os aspectos constitucionais, jurídicos e legais as matérias em tramitação na Casa, realizou audiência pública para discutir o pagamento do ICMS por entidades filantrópicas.

O Projeto de Lei nº 973/2007, de autoria dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; a transferência do terminal rodoviário de Belo Horizonte, do Centro para o Bairro Calafate; questões relativas ao uso do gás natural veicular no Estado; o aumento indiscriminado de tarifas bancárias; mudanças promovidas pela Anatel na telefonia móvel; o reajuste nas taxas de operação de cartões de crédito; a presença excessiva de produtos industrializados na feira de arte e artesanato da Avenida Afonso Pena; a autorização para pouso e decolagem de aeronaves de grande porte no aeroporto da Pampulha e a transferência para esse aeroporto de vôos regulares do aeroporto de Confins figuram entre as preocupações da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Em audiência pública, a Comissão debateu o Projeto de Lei nº 1.453/2007, de autoria do Deputado Federal José Fernando, que altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, que regulamentam a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais e criam uma participação especial para o setor mineral; e a evasão de empresas instaladas em Além Paraíba para Estados vizinhos, em busca de benefícios fiscais.

A Comissão de Direitos Humanos, cumprindo seu papel regimental, analisou questões ligadas à violação dos direitos individuais e coletivos e realizou audiências públicas na capital e em várias cidades do interior para discutir, com os setores interessados, a construção e a gestão de complexo penitenciário em Ribeirão das Neves; a situação dos catadores de material reciclável na área central de Belo Horizonte; a inobservância, por parte das empresas de transporte, da legislação que concede passe-livre aos deficientes físicos, mentais e visuais e às pessoas com idade superior a 65 anos, no transporte coletivo intermunicipal do Estado; e sugestões de alteração no Código Nacional de Trânsito que visam à redução dos acidentes com vítimas fatais.

O acesso à justiça e a necessidade de criação de um fundo de assistência judiciária em Minas, similar ao existente no Estado de São Paulo, destinado a prestação de assistência judiciária à população carente, foram também amplamente discutidos na Comissão.

Em seus deslocamentos ao interior do Estado, a Comissão obteve esclarecimentos sobre a violação de direitos e visitou cadeias públicas e penitenciárias para averiguar denúncias e verificar as condições de funcionamento desses estabelecimentos.

As demissões sumárias ocorridas na Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec – e a crise na instituição foram tema de discussão na Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Informática. Em audiência pública, a Comissão recebeu o estudante Éder Carlos Lopes Coimbra, vencedor do quadro "Soletrando", da Rede Globo, para expor sua experiência e estimular os jovens a se dedicarem aos estudos.

A repercussão financeira dos projetos em tramitação; a revisão anual do PPAG; a venda de energia elétrica para a iniciativa privada; a quitação de créditos tributários do Estado com precatórios estaduais, prevista no Projeto de Lei nº 392/2007, do Deputado Antônio Júlio; o Projeto de Lei nº 2.164/2008, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, e a implantação da Copanor incluem-se entre os assuntos discutidos pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais analisou, além de vários projetos ligados à área ambiental, como o Bolsa Verde, os possíveis impactos no meio ambiente causados na região de Confins com a construção da Linha Verde, do Anel Viário Norte e do Centro Administrativo e a transferência de vôos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves; a poluição da Lagoa dos Ingleses; os impactos da criação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Audiências públicas foram realizadas pela Comissão para tratar, em Paracatu, da expansão da Rio Paracatu Mineração S/A, empresa de capital canadense controlada pela Kinross Gold Corporation; em Governador Valadares, para tratar da atuação da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Leste Mineiro, dos problemas ambientais no Leste de Minas, das precárias condições de

funcionamento do aterro sanitário municipal e das irregularidades detectadas pela referida superintendência.

Questões relacionadas ao embargo à exportação de carne brasileira imposto pela União Européia, à qualidade da carne produzida no Estado e ao abastecimento no mercado interno; ao projeto de retomada da produção de algodão no Norte de Minas; às conseqüências do crescimento da produção de etanol na região de Uberaba; ao aumento do preço dos fertilizantes; às regras sobre a utilização de agrotóxicos e às soluções viáveis para o correto descarte das embalagens; à utilização da palma na alimentação e aos mecanismos de incentivo a sua produção; à Resolução nº 52/2008, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, que dispõe sobre o transporte rodoviário de trabalhadores rurais no Estado; e aos problemas enfrentados pelos produtores de leite foram os principais assuntos discutidos nas reuniões da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Cumprindo previsões regimentais, os membros da Comissão de Redação emitiram parecer de redação final sobre as proposições que tramitaram na Assembléia em 2008.

Entre as atividades da Comissão de Saúde, destacam-se: a discussão sobre o controle da febre amarela e da dengue no Estado; a ampliação da cobertura dos planos de saúde; o PL nº 251/2007, de autoria da Deputada Cecília Ferramenta, que inclui os profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional no Programa Saúde em Casa; e a situação dos médicos do Hospital João XXIII. No Município de Unaí, a Comissão discutiu as causas do aumento dos casos de câncer e as alternativas para reduzir a incidência da doença; em Brasília, em visita ao Ministro do Trabalho, a relação trabalhista entre as cooperativas de trabalho médico e os hospitais filantrópicos e particulares do Estado.

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social promoveu audiências públicas para discutir a situação dos profissionais da optometria no Estado e a dos funcionários da MGS – Administração e Serviços S/A lotados na rede Fhemig. Em Valadares, foram focalizadas alternativas de desenvolvimento que minimizem os efeitos do intenso fluxo migratório de trabalhadores do Vale do Rio Doce para o exterior e a preparação das condições para seu gradativo retorno à região.

Entre os assuntos debatidos na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, vale registrar: a proposta da Associação das Microrregiões de Minas Gerais ao Governo de assumir a manutenção das estradas vicinais do Estado; o cronograma de obras na MG-050 e a solução de problemas relativos aos Municípios que fazem limite com a rodovia; as condições das vias de acesso ao Município de Nova Lima; o atraso das obras da Linha Verde na Avenida Cristiano Machado; e a ampliação da cobrança de tarifa local de telefone para cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. No interior do Estado, a Comissão realizou audiências públicas em Papagaios, Rio Casca, Minas Novas e Marliéria, para discutir e verificar a situação de estradas que passam por aqueles Municípios.

Neste ano, a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo dedicou especial atenção à inclusão do Estado do Espírito Santo no projeto Estrada Real, à qualidade do leite consumido pela população mineira, aos processos utilizados para a análise do produto e à prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas. A Comissão deslocou-se a Itajubá para conhecer as dependências da Empresa Helibrás e a Rio Preto para discutir o potencial turístico da cidade e da região.

As condições de funcionamento de cadeias públicas de diversas cidades do Estado; a crescente onda de violência nas escolas; o aumento da criminalidade em várias regiões mineiras; a repercussão da Lei Seca no Brasil, principalmente em Minas Gerais; e o Projeto de Lei nº 1.939/2007, que dispõe sobre implantação de dispositivo de segurança que permite a localização de detentos beneficiados por indulto ou liberdade condicional e questões relativas à segurança pública em diversos Municípios destacam-se entre os temas examinados pela Comissão de Segurança Pública.

A Comissão de Participação Popular, como nos anos anteriores, promoveu amplo debate, com participação expressiva de segmentos organizados da sociedade civil, sobre a revisão do PPAG e discutiu outras importantes matérias, como o Projeto de Lei nº 6.264/2005, em tramitação na Câmara Federal, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a situação funcional dos servidores da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais; e o despejo da Escola de Samba Cidade Jardim de sua quadra pela Prefeitura de Belo Horizonte.

As ações empreendidas pelas escolas estaduais com vistas à valorização, divulgação e incentivo às atividades culturais; os aspectos doutrinários, jurídicos e legais de que se reveste a declaração de bem cultural; as ações de órgãos e entidades civis do Estado que visem à promoção do artesanato como instrumento de divulgação da cultura e elemento gerador de emprego e renda foram objeto de debate na Comissão de Cultura. O debate público "Guimarães Rosa: o Poder da Palavra" foi promovido pela Comissão em comemoração ao centenário de nascimento do escritor mineiro.

Em reuniões conjuntas, foram temas de discussão, entre outros, a atuação de empresas clandestinas de segurança no Estado; o tratamento dispensado às pessoas portadoras de sofrimento mental e a situação dos hospitais psiquiátricos do Estado; a regulamentação e a fiscalização do disposto na Lei nº 11.547, de 27 de julho de 1994, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica; o aumento no preço de medicamentos praticado pelos laboratórios em percentual acima da inflação; o resultado de pesquisas que apontam relação entre o uso de celulares e o aumento na incidência de câncer no cérebro; o uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações, especialmente nas de alface, tomate e morango; a falta de segurança nos cemitérios de Belo Horizonte; e a inexistência de regime de plantão nos cartórios de registro civil do Município.

Além das Comissões Permanentes e das constituídas com o objetivo de emitir parecer sobre proposições e indicações de titulares especificados na Constituição, funcionaram na Assembléia, em 2008, as seguintes Comissões Temporárias:

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Data de início das atividades: 02/04/08

Data de término das atividades: 19/06/2008

Constituída a requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, com a finalidade de proceder a estudos sobre a proposta de reforma tributária da União (PEC 233/08) e unificar as sugestões de diversos setores da sociedade mineira para seu aperfeiçoamento, a Comissão apresentou, em seu relatório final, 24 observações ou propostas de alterações à PEC, todas resultantes de debates entre os deputados e representantes da Secretaria de Fazenda, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, da Associação Mineira de Municípios, da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, de sindicatos dos fiscais e dos produtores de açúcar e etanol.

Diversas propostas apresentadas visam preservar a autonomia dos Estados e Municípios para legislar sobre matéria tributária. Uma das observações do relatório é que a reforma deve ser acompanhada de uma rediscussão do pacto federativo, já que afeta a autonomia dos Estados e Municípios. Outra proposta, que reforça o poder dos legislativos estaduais, é a definição em lei estadual da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, a ser criado pela reforma.

O relatório será entregue, em Brasília, ao relator da PEC 233/08 e será encaminhado a todos os membros da Comissão de Reforma Tributária do Congresso Nacional, a toda a bancada mineira na Câmara dos Deputados e no Senado, à Associação Mineira de Municípios e aos demais participantes das discussões da Comissão.

COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS

Data de início das atividades: 01/09/08

Data de encerramento das atividades: 12/11/2008

Constituída a requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, com a finalidade de apurar informações divulgadas na imprensa a respeito da transferência de vôos nacionais do Aeroporto de Confins para o da Pampulha, devido a pressão de companhias aéreas, e avaliar a atual situação desses aeroportos, a Comissão, após 12 reuniões, com a presença de convidados, apresentou seu relatório final no dia 12 de novembro e condenou veementemente a possibilidade de retorno de grandes aeronaves ao Aeroporto da Pampulha.

Em 2004, outra comissão especial já havia recomendado a concentração de vôos em Confins, a revitalização desse aeroporto e a paralisação das obras de revitalização do Aeroporto da Pampulha, além de sua reclassificação como aeroporto auxiliar. Essas recomendações foram acatadas pelo Governo, e a volta de vôos de grande porte para o Aeroporto da Pampulha significaria, segundo a atual Comissão, um retrocesso e um grande prejuízo para o Estado e a sociedade mineira.

COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA

Data de início das atividades: 06/09/08

Constituída a requerimento do Deputado Fábio Avelar, para analisar o potencial para usos alternativos do solo e do subsolo das Serras da Calçada e da Moeda, concomitantemente com a preservação dos patrimônios arqueológico, espeleológico e natural dessas áreas, bem como seu potencial ecoturístico, a Comissão realizou audiências públicas para discutir a localização e abrangência das áreas a serem protegidas, suas atividades econômicas atuais e potenciais e propostas para sua proteção e desenvolvimento econômico sustentável. A Comissão promoveu também debates com moradores, empresários, órgãos do Governo e organizações não-governamentais sobre as proposições que tramitam na Assembléia relacionadas a essas áreas.

CIPE SÃO FRANCISCO

A Cipe realizou reuniões com representantes técnicos de diversos órgãos, entidades e comitês de Bacia do Rio São Francisco, com a finalidade de implantar as ações em 2008. Com representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, Agência Nacional das Águas, Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e de outros órgãos estaduais, a Comissão discutiu questões relativas à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e às propostas da "Caravana do São Francisco".

CIPE RIO DOCE

Em maio, a Comissão se reuniu para tratar da elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; da liberação de verbas do Orçamento Estadual para o cadastramento de usuários de recursos hídricos; e dos resultados obtidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana no que se refere ao financiamento de projetos de tratamento de esgotos sanitários previstos no "Plano Rio Doce Limpo".

3 – ATIVIDADES DE INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE

Planejamento e participação

A compreensão de que as ações de planejamento são fundamentais para o Estado e o fortalecimento da participação popular nos trabalhos legislativos contribuíram para que a Assembléia de Minas realizasse, em 2008, parcerias com outros poderes públicos para viabilizar iniciativas voltadas para essas duas áreas de atuação política.

O maior destaque na área de planejamento foram as audiências públicas do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008/2011, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), com foco na revisão do Plano para o exercício de 2009.

O evento contou com uma fase de interiorização, nos meses de outubro e novembro. As audiências foram realizadas em cidades-pólo de diferentes regiões: Itaobim (Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 23 de outubro); Ituiutaba (Triângulo, 28 de outubro); Barbacena (Mata, 30 de outubro); Belo Horizonte (5, 6 e 7 de novembro); Montes Claros (Norte, 13 de novembro).

À primeira audiência estiveram presentes 139 representantes comunitários e lideranças políticas de 17 Municípios, inclusive prefeitos e vices recém-eleitos. Questões ligadas à regularização fundiária, distribuição de sementes, assistência ao agricultor, aumento da produção de alimentos, obras contra a seca e alternativas agrícolas para o semi-árido foram temas específicos discutidos na audiência.

A segunda audiência pública para revisão do PPAG 2008-2011, realizada em Ituiutaba, contou com a presença de mais de 60 pessoas, representando 12 entidades e 11 Municípios do Triângulo Mineiro. Os participantes apresentaram 27 sugestões de emendas ao PPAG, principalmente na área de infra-estrutura, como pedidos de asfaltamento e manutenção de rodovias estaduais e construção de pontes e viadutos na região. Além das sugestões ligadas à infra-estrutura, os participantes pediram a construção de hospital, matadouro, cadeia e um batalhão da Polícia Militar para as cidades da região.

Em Barbacena, o encontro contou com a presença de cerca de 300 pessoas, que representaram 31 Municípios da região. Os temas prioritários dos debates foram segurança pública, saúde e protagonismo juvenil. Entre as sugestões, os parlamentares e técnicos do Governo receberam demandas relativas a segurança alimentar, infra-estrutura escolar e hospitalar, capacitação de professores e agentes de segurança, modernização de escolas públicas, aparelhamento policial, assistência social, ampliação do atendimento médico de urgência e melhoria na remuneração dos servidores.

Em Belo Horizonte, 593 participantes da sociedade civil organizada se reuniram em 14 grupos de trabalho para avaliar os 57 Projetos Estruturadores do Governo e apresentaram 274 propostas. Na plenária final, foram entregues ao presidente da Comissão de Participação

Popular da Assembléia 408 propostas, colhidas ao longo das quatro audiências até então realizadas.

Na audiência pública de Montes Claros, foram apresentadas propostas relacionadas principalmente a medidas de combate à seca, estímulo ao desenvolvimento sustentável, proteção aos rios e ampliação de programas de segurança pública.

As propostas das cinco audiências públicas foram submetidas à análise da Consultoria da Casa e protocoladas no Plenário, para serem distribuídas às Comissões e receberem parecer. Coube à Comissão de Participação Popular apresentar emendas a partir das propostas recolhidas nos encontros realizados na capital e no interior.

No dia 4 de novembro, a Assembléia foi palco do Seminário Região Sudeste, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, destinado a discutir a Proposta Orçamentária da União para 2009.

Os participantes do seminário puderam apresentar sugestões de emendas à Proposta Orçamentária, para serem encaminhadas aos parlamentares coordenadores de bancadas estaduais e às comissões técnicas do Senado e da Câmara, para análise e possível aproveitamento no citado texto legal. As emendas aceitas serão incorporadas à proposta pelas comissões ou pelas bancadas estaduais.

Atenção com o meio ambiente

As questões ligadas ao meio ambiente tiveram atenção especial por parte da Assembléia Legislativa, em razão da importância que adquiriram nos últimos tempos, no Brasil e em todo o mundo, e dos problemas específicos de Minas Gerais, sempre presentes nos trabalhos da Comissão Permanente da Casa voltada para o setor.

O ciclo de debates "Licenciamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável" foi realizado nos dias 10 e 11 de março de 2008 e teve como objetivo "avaliar a eficiência e a eficácia do licenciamento e das autorizações e outorgas de natureza ambiental como instrumento para a gestão ambiental, a partir de uma análise das experiências dos órgãos gestores, notadamente de Minas Gerais, e da vivência dos empreendedores".

Durante o evento, representantes de produtores rurais e da indústria mineral fizeram críticas ao processo de licenciamento e regularização ambiental em Minas Gerais. As principais críticas estão relacionadas à demora e à burocracia do processo e à falta de integração dos órgãos ambientais.

Um resultado prático do encontro foi a revogação, no mês de junho, do Decreto 44.309, de 2006, que estabelecia normas para o licenciamento ambiental e a autorização ambiental de funcionamento, tipificava e classificava as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelecia o procedimento administrativo de fiscalização e aplicação das penalidades.

O ciclo de debates foi uma das atividades preparatórias para o seminário legislativo "Minas de Minas", realizado nos dias 9 a 12 de junho pela Assembléia, com o objetivo de "buscar, junto às entidades representativas da sociedade civil e dos setores público e privado, subsídios para a elaboração de uma política minerária estadual – que respeite as características naturais e socioculturais das diversas regiões de Minas Gerais, orientada para a sustentabilidade social, econômica e ambiental – e para o aprimoramento da política minerária nacional".

O seminário contou com uma etapa de interiorização, nos meses de abril a junho, realizada em 11 cidades minerárias: Itabira, Poços de Caldas, Divinópolis, Itaúna, Sete Lagoas, Congonhas, Araxá, Paracatu, Muriaé, Teófilo Otoni e Governador Valadares. Os debates ocorridos nessas cidades, situadas em regiões com realidades bastante diferentes, possibilitaram uma compreensão bem ampla dos problemas do setor.

Destacaram-se como pontos importantes decorrentes das discussões do seminário: necessidade da implantação de uma política pública para regular a atividade minerária no Estado; necessidade de mudanças na cobrança da Contribuição Financeira sobre Recursos Minerais (CFEM); e criação da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento da Mineração e a Preservação Ambiental – Cipe Mineração.

A Cipe Mineração foi lançada no dia 7 de novembro, durante o V Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembléias Legislativas, ocorrido em Belém, no Pará, contando com a participação de 11 Estados. A escolha do Deputado Alberto Pinto Coelho para presidir o Colegiado se explica pelo fato de Minas ser o maior Estado minerário do País e pela preocupação da Casa com a formulação de políticas públicas para o setor.

Ainda na área de meio ambiente, a Casa realizou, no dia 26 de março de 2008, o ciclo de debates "Revitalização do Rio das Velhas – Meta 2010", como parte das atividades do 7º Fórum das Águas de Minas Gerais, promovido em parceria com os órgãos vinculados ao Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Estiveram em discussão os seguintes temas: A gestão ambiental integrada e de recursos hídricos em Minas Gerais; Gestão das águas e a Meta 2010; Meta 2010: panorama geral e intervenções de saneamento do projeto de revitalização do Rio das Velhas; Balanço da participação social na Meta 2010. Também aconteceu durante o evento um *workshop* sobre o tema "Ações da sociedade para concretização da Meta 2010".

O ciclo resultou no aprofundamento do debate sobre tema, que compõe um dos Projetos Estruturadores do Governo do Estado. Contribuiu para a absorção, na agenda do Estado, de um problema que vem sendo apresentado há muito tempo pela sociedade civil. Em 2008, o projeto estruturador contou com o acréscimo de ações relativas a saneamento de fundo de vale e a viabilização da navegação turística.

Políticas para as mulheres

As reivindicações e as questões específicas das mulheres têm sido tratadas com destaque, nos últimos anos, pela Assembléia Legislativa, diante das demandas que chegam à Casa e do reconhecimento de que as conquistas alcançadas pela população feminina ainda estão muito aquém do papel que ela exerce na sociedade brasileira.

No dia 4 de março, a Assembléia comemorou o Dia Internacional da Mulher com a discussão do tema "O enfrentamento à violência contra a mulher" e com uma série de homenagens. A ALMG homenageou as entidades que compõem a Rede Mineira de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, as Casas Abrigo e os Centros de Apoio à Mulher, e a Bancada Feminina da Casa homenageou mulheres e entidades que se destacaram na efetivação das políticas públicas para as mulheres.

No período de 6 de junho a 3 de julho de 2008, a Assembléia Legislativa participou do Curso de Capacitação para Mulheres Líderes, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre as Mulheres (Nepem) e pelo Departamento de Ciência Política da UFMG, em parceria com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (da Presidência da República). O trabalho contou com a participação de deputadas na atividade denominada "Vivência Parlamentar".

O objetivo do curso foi qualificar e aperfeiçoar os conhecimentos de mulheres líderes, no sentido da construção do protagonismo das mulheres, capacitando-as para fazer, com a qualificação de sua competência, o enfrentamento político necessário nos espaços sociais de articulação para as eleições de 2008, sobretudo nos espaços institucionalizados e formais da política (em especial do âmbito do Poder Legislativo).

Conferência de Direitos Humanos

Nos dias 11 e 12 de setembro de 2008, a Casa promoveu, juntamente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a Conferência Estadual de Direitos Humanos, preparatória para a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Os objetivos do evento foram: avaliar a situação dos direitos humanos em Minas Gerais; propor diretrizes para a revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos; propor diretrizes para a revisão e atualização do Programa Mineiro de Direitos Humanos.

As exposições e discussões centraram-se nos seguintes temas: universalizar direitos em um contexto de desigualdades: Violência, segurança pública e acesso à justiça; Pacto federativo e responsabilidades dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública; Educação e cultura em direitos humanos; Interação democrática entre Estado e sociedade civil; Desenvolvimento e direitos humanos; Direito a verdade e a memória.

4 – MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício das competências que lhe são atribuídas pelo Regimento Interno, dirigiu os trabalhos legislativos e orientou os serviços administrativos em 2008 imbuída do propósito de alcançar níveis mais elevados de eficiência e qualidade nos trabalhos do Parlamento, com vistas a preparar a instituição para os desafios do futuro.

A crença de que não só no setor privado, mas principalmente no setor público, se deve buscar a adoção dos mais modernos instrumentos de gestão, capazes de melhorar o desempenho da ação estatal, norteou os trabalhos da Mesa no que diz respeito às diretrizes estabelecidas para a área de recursos humanos.

A realização de concurso público para provimento de 226 cargos efetivos no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, com o ingresso de muitos especialistas que não existiam na Casa, foi um dos destaques em 2008. O certame se caracteriza como o mais complexo já realizado pela Assembléia, tanto pela quantidade e variedade de cargos quanto pela diversidade de provas e requisitos estabelecidos, refletindo a preocupação da administração em preparar a instituição de acordo com as exigências do mundo contemporâneo, no qual as demandas da sociedade se fazem cada vez mais complexas e específicas.

Vale ressaltar que os novos concursados representam cerca de 20% do atual quadro funcional e muito contribuirão para atender às demandas da Assembléia nas esferas de conhecimento objeto de sua atuação e imprimir um salto de qualidade na prestação dos serviços do Poder Legislativo. Para isso, já começaram os trabalhos para a recepção dos novos servidores, com a capacitação dos monitores que irão orientá-los na fase do estágio. O objetivo da Casa, antes de definir a lotação dos concursados, é conhecer e analisar as habilidades e experiências de cada um e munir os de informações sobre as atribuições a serem desenvolvidas, para que entendam a dinâmica dos trabalhos a serem realizados. Os monitores foram orientados a traçar um plano de atribuições para os aprovados no concurso, de acordo com a área em que forem lotados, a fim de se obter o melhor desempenho funcional possível.

Com o objetivo de capacitar os servidores que ocupam cargos e funções para o exercício da atividade gerencial, a Assembléia promoveu, por intermédio da Fundação Getúlio Vargas, o Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais (PDCG). O curso, que atende a antiga demanda dos próprios servidores, coaduna-se com a disposição da Mesa de valorizar e fortalecer a instituição por meio da formação de um corpo funcional qualificado. O programa foi composto de cinco disciplinas: liderança e desenvolvimento de pessoas; desenvolvimento e motivação de equipes; comunicação interpessoal; gestão estratégica/visão sistêmica; e gestão do conhecimento e competências, ministradas no período de 22 de agosto a 12 de dezembro, para duas turmas, com aulas sempre às sextas-feiras, pela manhã e à tarde.

Também neste ano foi lançado o Programa de Capacitação em Planejamento e Gestão de Projetos, dirigido a servidores diretamente envolvidos na organização, planejamento e gestão de projetos setoriais, intersetoriais e institucionais. Oferecido pela Diretoria de Recursos Humanos e pela Escola do Legislativo, em atenção a demanda da Secretaria-Geral da Mesa, o programa é baseado em nova metodologia de planejamento e gestão de projetos (Tevep), desenvolvida pela empresa mineira Homo Sapiens – Escola de Planejamento e já transferida para quase 9 mil pessoas no Brasil e em Portugal, representantes de diferentes organizações. Na Assembléia o curso foi destinado a 150 servidores, de diversos setores.

O método funciona como um "protocolo" de comunicação entre pessoas, facilitando a organização das informações e a mobilização de recursos para implantação das atividades. A metodologia Tevep foi escolhida para esse programa por ser considerada um instrumento simples e eficaz de planejamento e gestão, fácil de ser implantado e compartilhado por todos. O objetivo da capacitação é desenvolver nos servidores um domínio maior de todas as etapas de planejamento, implantação e gestão de projetos e eventos institucionais, com a utilização de ferramentas que permitam a racionalização e a articulação das diversas ações necessárias à realização das atividades.

A expectativa da direção da Casa é que, em médio prazo, todos os setores utilizem essa ferramenta, uniformizando seus procedimentos de planejamento e gestão. Para isso, deverá ser formado um Comitê de Apoio, com servidores aptos a dar orientações para a implantação do método nas diversas áreas da Assembléia. No âmbito de cada setor, e em sintonia com o Comitê, deverão ser também identificados e formados servidores que atuarão como agentes do programa.

Ainda na área de recursos humanos, foram realizadas várias campanhas de preservação da saúde e de bem-estar dos servidores. Nesse sentido, frise-se que as ações voltadas para a manutenção da saúde na Assembléia serão permanentes, com o objetivo de ajudar os servidores a ter uma vida mais saudável. Para tanto, no concurso público realizado este ano já foi selecionado um médico especializado em medicina do trabalho. Entre as principais realizações, teve continuidade o Programa de Cessação do Tabagismo, em parceria com a Unimed, sem custos para a Assembléia, com ações que incentivam os servidores a pararem de fumar e, assim, evitar os males causados pelo cigarro.

Com o exemplo dos ótimos resultados alcançados por esse programa, com a interrupção definitiva do vício por vários servidores, foi lançado o Programa de Reeducação Alimentar, também em parceria com a Unimed, voltado inicialmente para os servidores que estavam acima do peso ideal, correndo maior risco de infarto, derrame, pressão alta e diabetes. Entre as campanhas de vacinação, destaca-se a integração da Assembléia à Campanha Nacional de Vacinação contra Rubéola, com a imunização de funcionários e público externo, homens e mulheres, de 12 a 39 anos. A Campanha "Brasil livre da rubéola" integrou a maior mobilização já feita no mundo, para imunizar 70 milhões de pessoas. Conforme balanço divulgado no *site* da campanha, Minas está entre os Estados que atingiram maior índice de vacinação.

Também foi realizada a já tradicional Campanha de Vacinação Antigripal, que, além do investimento na qualidade de vida, tem contribuído para

reduzir significativamente o absenteísmo ao trabalho. Foram realizadas ainda campanhas de promoção à saúde nas áreas de câncer de próstata e mama e de controle de pressão arterial e medição de glicemia capilar.

É importante ressaltar que, como resultado de um gerenciamento constante do gasto público, a Assembléia Legislativa conseguiu manter os gastos com pessoal em limite bem abaixo do fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 2,2272% da receita corrente líquida do Estado. Conforme se pode verificar no Relatório de Gestão Fiscal sem Dedução de Inativos e Pensionistas, publicado no "Diário do Legislativo" e também na página da Assembléia na internet, a Casa realizou, no período de setembro de 2007 a agosto de 2008, o total de 1,4127%, ou seja, pouco mais da metade do limite que lhe é autorizado.

Para melhorar a infra-estrutura geral da Casa, foram muitas as medidas implementadas, desde investimentos na recuperação, conservação e reforma do espaço físico até a renovação de equipamentos e mobiliários. O foco dos trabalhos foi sempre o de resolver ou prevenir problemas, proporcionar mais segurança às pessoas, reduzir custos ou otimizar a utilização do espaço da Assembléia, de modo a melhor atender a suas necessidades. Entre as principais obras, merecem relevo:

- reforma geral no andar 1S, com pintura especial do piso, parede e teto, retirada do forro na área abaixo do Plenário; revisão geral do sistema elétrico e de sonorização; ampliação da área física da Biblioteca, mediante a incorporação de espaço que funcionava como depósito de materiais inservíveis; construção de sala para guarda de microfílm;
- reforma e ampliação do Plenarinho I, com sua remodelação total, desde a concepção dos projetos arquitetônico e complementares à instalação de uma plataforma de acesso para portadores de necessidades especiais;
- impermeabilização da cobertura do Palácio da Inconfidência, com tratamento das fissuras;
- reforma das redes hidrossanitária e pluvial do Palácio da Inconfidência, mediante a contratação de empresa especializada para proceder ao levantamento cadastral e projeto de reforma, com vistas à futura reconstrução dos dois sistemas, que estão com a vida útil prescrita;
- pintura geral das áreas comuns do Palácio da Inconfidência e do Edifício Tiradentes, que estavam bem danificadas em virtude de infiltrações no período chuvoso, o que foi corrigido com o tratamento aplicado nas juntas de dilatação do prédio;
- reforma das esquadrias do Edifício Tiradentes, a fim de evitar o desprendimento de placas de vidro e de componentes das esquadrias;
- otimização e reforma do espaço físico da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário, inclusive com troca de mobiliário;
- modernização e atualização do painel do Plenário, proporcionando mais agilidade, transparência, segurança e sigilo ao processo de votação, informações completas sobre a presença de deputados no Plenário ou nas Comissões e sobre as reuniões em andamento, além de melhor controle do tempo utilizado pelos parlamentares em seus pronunciamentos;
- instalação de dois quadros sinópticos na mesa da Presidência, que permitem ao Deputado que dirige os trabalhos acompanhar a votação, verificar o tempo dos discursos, o número de deputados presentes e todas as outras informações permitidas pelo sistema;
- atualização dos equipamentos para registro de presença dos parlamentares no Plenário e nas Comissões;
- instalação de relógios cronômetros nas duas tribunas do Plenário para que os oradores acompanhem a contagem de tempo de seus pronunciamentos;
- ampliação e modernização da infra-estrutura de informática dos gabinetes parlamentares;
- modernização e ampliação do parque de computadores nos setores administrativos, com a substituição de 260 microcomputadores e aquisição de 100 unidades adicionais para atender aos servidores concursados este ano, além de 25 *notebooks* para facilitar os trabalhos de interiorização, apoio a eventos e administração da Casa;
- modernização e racionalização do parque de impressoras, com a substituição de modelos antigos de pequeno porte por equipamentos departamentais mais rápidos e econômicos, proporcionando uma redução em 27% do número de impressoras, redução dos custos com suprimentos de impressão e com manutenção e melhor atendimento aos usuários;
- aquisição de dez novos computadores centrais para o CPD.

Relativamente à sua competência regimental de definir limites e ordenar despesas, a direção da Casa esteve atenta à previsão e aos limites orçamentários, sempre se preocupando em otimizar os gastos e racionalizar os serviços e os procedimentos administrativos. Entre as várias medidas implementadas nessa área, sobressaem-se:

- assinatura de contrato com a Petrobras Distribuidora S/A para fornecimento de combustíveis para a frota da Assembléia, através do Registro Geral de Preços praticado pelo Estado de Minas Gerais e convênio de cooperação mútua para utilização dos postos combustíveis da PMMG, o que possibilitou a redução de 33% no custo da gasolina, 18% no do óleo diesel e 45% no do álcool;
- renovação de vários contratos sem a incidência de reajustes estabelecidos, como o de cessão de uso e manutenção do Sistema de Administração Financeira e Controle Externo (Safci);

— cessação da impressão dos contracheques de deputados e servidores, com a disponibilização apenas na intranet, gerando economia de recursos e contribuindo para a preservação do meio ambiente;

— mudança na assinatura do "Minas Gerais" para todos os gabinetes e setores administrativos que recebem a publicação, reduzindo os custos pela metade. A medida foi tomada na última renovação do contrato de assinatura do jornal, uma vez que o conteúdo do "Minas Gerais" havia passado, poucos meses antes, a ser oferecido gratuitamente no site da Imprensa Oficial. Com a medida, a Assembléia não só reduz custos como também contribui para o meio ambiente, evitando desperdício de papel e diminuindo a produção de lixo na Casa;

— implantação do Sistema de Compras de Materiais e Contratação de Serviços, por meio do Sistema Integrado de Administração (Siad), utilizado para contratação de bens e serviços que dispensam processo licitatório, isto é, que envolvem valores inferiores a R\$ 8 mil, conforme determina a legislação. O objetivo do sistema, que foi criado pela Secretaria de Planejamento e Gestão e já é usado pelo Poder Executivo, é padronizar e controlar os procedimentos de contratação e a gestão de bens e contratos do Estado. A nova ferramenta contém um banco de dados com o cadastro atualizado de aproximadamente 800 mil itens, abrangendo toda a variedade de materiais. O banco também oferece um cadastro de sete a oito mil fornecedores, e só recebem as ordens de compras ou serviços aqueles que estiverem em dia com as certidões exigidas por lei. A principal vantagem do sistema é facilitar e dar agilidade aos processos de compras e economizar recursos, pois o sistema elimina etapas e problemas como estimativas de preço ou descrição de objetos mal feitas;

— substituição dos sistemas de correio eletrônico e rede por *softwares* livres e gratuitos, reduzindo em 8% o custo das estações de trabalho na Casa (trabalho iniciado em 2007 e concluído em 2008);

— desenvolvimento de sistema para facilitar o controle da frota de carros. O novo sistema possui o cadastro completo de cada veículo e de cada condutor e permite o registro sobre o uso dos carros. Acompanha as manutenções periódicas e o abastecimento, controla o saldo de combustíveis e informa a data de vencimento das carteiras de habilitação dos condutores e o número de pontos lançados em seus prontuários, oferecendo todas as informações sobre utilização e disponibilidade de cada veículo para os gerentes envolvidos na administração da frota, em tempo real;

— criação do Banco de Dados da Consultoria, idealizado para proporcionar uma gestão racional e eficiente dos trabalhos realizados na gerência. O banco funciona como uma espécie de esteio, que tanto ajuda a evitar a duplicação de esforços laborativos quanto a preservar a memória das informações produzidas no órgão;

— projeto de reformulação da intranet, executado pelo Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação Digital (Ipec), empresa de Belo Horizonte especializada e com grande experiência na implantação de projetos no segmento. A reformulação da intranet, que também vai resultar em um novo *layout* e mais ferramentas para a página, tem o objetivo de torná-la mais eficiente e objetiva, com mais serviços e recursos de informação para os servidores e áreas da Assembléia;

— aumento de 150% na velocidade da conexão da rede da Assembléia à internet.

Com relação a sua competência para apresentar proposições do processo legislativo, destacam-se as seguintes normas que resultaram de iniciativa da Mesa:

— Lei nº 17.590, que institui o Adicional de Desempenho (ADE) no âmbito da Assembléia Legislativa. O adicional é um percentual do vencimento básico, não cumulativo, calculado com base nos resultados satisfatórios obtidos nas avaliações de desempenho. Servidor ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração não tem direito ao benefício. O adicional, já implantado no Poder Executivo e previsto no art. 31 da Constituição Estadual, é destinado, primordialmente, ao servidor empossado em cargo efetivo na Secretaria da Assembléia após 15 de julho de 2003, que não tem mais direito a quinquênio. Os servidores empossados antes dessa data podem optar pelo recebimento do ADE, desde que abram mão dos adicionais por tempo de serviço. O benefício será pago de acordo com as notas recebidas anualmente pelo servidor nas Avaliações de Desempenho Individual.

— Resolução nº 5.314, que efetua pequenos ajustes no sistema de carreira dos servidores da Assembléia Legislativa, por meio de alterações na Resolução nº 5.214, de 2003. A resolução padronizou o período aquisitivo para obtenção da progressão nas classes das carreiras em um ano, propiciando igualdade de oportunidades a todos os servidores de carreira, sem distinção de período aquisitivo. Outra mudança refere-se apenas aos servidores que ocupavam cargo de escolaridade de ensinos fundamental e médio até a publicação da Lei 15.014, em 2004, facultando-lhes optar, de forma irreversível, por se repositorem na carreira criada para agentes e técnicos que ingressarem na Assembléia após 2004, mantido o mesmo cargo e padrão de vencimento. Além disso, a resolução dispôs sobre a atualização dos débitos oriundos da celebração de transação judicial e acordo extrajudicial previstos na Resolução nº 5.216, de 2004, e no art. 5º da Resolução nº 5.305, de 2007, assegurando a reposição das perdas decorrentes da inflação acumulada no período relativas aos débitos provenientes da conversão de vencimentos e proventos em Unidade Real de Valor (URV).

— Resolução nº 5.315, que altera os arts. 3º e 7º da Resolução nº 5.195, de 2000, que estabelece condições para a realização de concurso público e dispõe sobre o Curso de Formação Introdutória à Carreira do Servidor da Assembléia Legislativa (CFAL). A alteração buscou uma adequação no texto da Resolução nº 5.195, dispondo que o CFAL será ministrado pela Escola do Legislativo nas condições estabelecidas em regulamento, e não nas da Resolução nº 5.195. Isso se justifica porque a Resolução nº 5.195 já estabelecia que o CFAL teria a elaboração de seu programa e sua coordenação geral disciplinadas em regulamento, questões que de fato foram resolvidas com especificidade na Deliberação da Mesa nº 2.223, de 2001, que regulamenta de forma geral o mencionado curso.

Entre os projetos de resolução cuja tramitação ainda não foi encerrada, destacam-se os que aprovam a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. Tais propostas são resultado das reuniões do Colegiado de Presidentes das Assembléias Legislativas, que luta por mais autonomia para os Estados, como forma de dar efetividade ao princípio federativo. As propostas serão encaminhadas ao Congresso Nacional, assim que forem aprovadas em metade das Assembléias Legislativas, como determina a Constituição Federal. Santa Catarina e Pará já aprovaram seus projetos de resolução. São os seguintes projetos:

— Projeto de Resolução nº 2.748, que propõe alteração nos arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal, para garantir competência concorrente aos Estados para legislar sobre trânsito, transporte, propaganda comercial, licitações, direito processual e agrário;

— Projeto de Resolução nº 2.749, que insere parágrafo único ao art. 26 da Carta Magna, com o objetivo de definir o conjunto dos bens pertencentes aos Estados que, anteriormente ao seu surgimento, constituíam território federal. De acordo com a justificativa, a Constituição da República não fixou regras a esse respeito, sendo necessário disciplinar essa situação. O PRE deixa claro que o dispositivo se aplica aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais, desde a data da transformação;

— Projeto de Resolução nº 2.750, cujo objetivo é garantir que os Legislativos estaduais possam ter procuradoria e consultoria jurídica próprias, responsáveis pela representação do Estado em processo judicial que trata de ato praticado pelo Poder Legislativo ou por sua administração;

— Projeto de Resolução nº 2.751, que pretende modificar o art. 198 da Constituição e o parágrafo 4º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A modificação sugerida propõe que os Estados possam editar lei complementar que defina os percentuais que aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao índice de desenvolvimento humano regional e ao conjunto das demandas sociais.

No uso da competência de deliberar sobre os serviços administrativos da Assembléia Legislativa e sobre matéria relativa aos direitos e aos deveres dos servidores, a Mesa editou importantes atos normativos, com o objetivo de aperfeiçoar e incrementar os processos internos de trabalho da Secretaria. São exemplos:

— Deliberação nº 2.416, que transforma o Conselho de Administração de Pessoal em Conselho de Administração de Pessoal e de Gestão Integrada (CPG), e dispõe sobre sua organização e funcionamento. O CPG é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, que visa discutir, formular e propor diretrizes de ações para o aprimoramento das atividades gerenciais e administrativas. O órgão é integrado por duas câmaras de assessoramento, e cada uma vai tratar de assuntos específicos, dando mais eficiência e rapidez às discussões e decisões necessárias. A Câmara de Administração de Pessoal (CAP) mantém a sigla e as atribuições do antigo Conselho de Administração de Pessoal, sendo presidida pela diretora de Recursos Humanos. A Câmara de Gestão Integrada (CGI) tratará de planos e metas para racionalização e aperfeiçoamento administrativo e organizacional e será presidida pelo diretor de Processo Legislativo. Nas câmaras, os gerentes-gerais e coordenadores poderão discutir o trabalho do dia-a-dia, compartilhando experiências e também dificuldades, assim como encontrar soluções para problemas, sejam eles comuns ou não. Cada câmara terá duas reuniões por mês.

— Deliberação nº 2.431, com o principal objetivo de estabelecer uma política de arquivos eficiente, racionalizando os serviços e possibilitando melhor aproveitamento dos espaços físicos, redução de custos operacionais e agilidade na recuperação de informações, principalmente nas unidades administrativas que apresentem maior volume de documentos. A edição desse normativo teve como base as conclusões do grupo de trabalho criado em 2007 para revisão da Deliberação da Mesa nº 2.350, de 2004, que tratava da mesma matéria, mas que precisava de atualização e aprimoramento no que diz respeito ao expurgo de documentos e ao estabelecimento de prazo de guarda dos documentos em face da legislação pertinente.

— Deliberação nº 2.421, que regulamenta o ADE no âmbito da Assembléia Legislativa, com base na Lei nº 17.590, de 2008. Além de incentivar e valorizar o desempenho e a competência profissionais, o adicional cumpre o importante papel de possibilitar que sejam tratados com equidade os servidores que exercem as mesmas funções e ingressaram na Casa em condições semelhantes, porém, em momentos diferentes. O resultado do ADE será o resultado final da Avaliação Global de Desempenho, que abrange, além da Avaliação Individual, os critérios de frequência, aprimoramento profissional e resultado setorial.

— Deliberação nº 2.422, que altera as Deliberações da Mesa nº 2.346, de 2004, e nº 2.399, de 2007, que dispõem sobre os procedimentos necessários à celebração de transação judicial e adesão a acordo extrajudicial para quitação dos débitos oriundos da conversão dos vencimentos, proventos e complementação de pensão em URV, com base no disposto nos arts. 6º a 12 da Resolução nº 5.314, de 2008.

— Deliberação nº 2.423, que estabelece procedimentos aplicáveis, no âmbito da Assembléia Legislativa, à realização de perícia médica em caso de doenças que assegurem isenção de imposto de renda, limitação à incidência de contribuição previdenciária, na forma do § 21 do art. 40 da Constituição Federal, e concessão de aposentadoria por invalidez.

— Deliberação nº 2.430, que altera a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 2007, que contém o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e dispõe sobre a realização de licitações, incluindo a modalidade pregão e o Sistema de Registro de Preços. Uma das principais mudanças é que agora o setor solicitante de aquisição de bem ou serviço deverá elaborar um termo de referência para ser publicado como anexo do edital de pregão (presencial ou eletrônico). O termo é um documento que determina, entre outros pontos, os preços estimados pela administração para cada item e deverá ser aprovado pelo presidente da CPL. A alteração ajusta as normas da Assembléia ao decreto editado este ano pelo Executivo sobre a matéria.

— Deliberação nº 2.432, que consolida o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa, com base na Resolução nº 5.314, aprovada em julho de 2008. A deliberação revoga a Deliberação nº 2.348, de 2004, que tratava da matéria, mas continha dispositivos transitórios já sem validade.

— Deliberação nº 2.434, que dispõe sobre as carteiras de identificação funcional, com o objetivo de adequá-las aos novos relógios de ponto, já que os antigos estavam ultrapassados, e de facilitar a identificação dos servidores, possibilitando distinguir melhor quem é servidor e quem é visitante.

— Deliberação nº 2.435, que regulamenta o estágio profissionalizante, com o objetivo de adequar o estágio na Assembléia à Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, cujo propósito é fazer com que o estágio funcione realmente como um período de aprendizado para o estudante, e não apenas como uma parte da mão-de-obra da empresa ou instituição.

5 – SECRETARIA

O ano de 2008 foi marcado, no âmbito da Secretaria da Assembléia, por diversas iniciativas que contribuíram para o aperfeiçoamento e a racionalização de suas atividades, em sintonia com as diretrizes da Mesa e com a filosofia institucional. Além do apoio prestado aos trabalhos dos parlamentares no desempenho de sua função de legislar, a Secretaria se empenhou, de modo especial, na aproximação entre Legislativo e sociedade, visando a uma compreensão melhor do Parlamento por parte dos cidadãos e incentivando a participação popular na elaboração e no controle das políticas públicas.

Diretoria de Processo Legislativo (DPL)

Muitas iniciativas marcaram o ano na Gerência-Geral de Consultoria Temática (GCT). A intensificação do processo de interiorização das atividades do Poder Legislativo exigiu mobilização especial dos técnicos, que constituíram grupos multidisciplinares para garantir uma abordagem mais ampla dos trabalhos.

Foi criado, por exemplo, o Grupo de Avaliação de Políticas Públicas, a fim de oferecer aos parlamentares um respaldo mais consistente nas ações destinadas ao aprimoramento das políticas públicas e na aprovação de peças orçamentárias. Também foram celebradas parcerias com o Tribunal de Contas do Estado e a Fundação João Pinheiro, para melhorar a qualidade do assessoramento técnico aos parlamentares no exercício da fiscalização e do controle externo.

Os públicos interno e externo tiveram à disposição material informativo, produzido pela Gerência, sobre a elaboração e execução das leis orçamentárias e sobre a elaboração de emendas parlamentares. Esse material possibilita uma compreensão melhor dos processos e facilita seu acompanhamento. Também o acesso à legislação mineira foi facilitado pelo trabalho de atualização e sistematização realizado pela GCT em conjunto com a Gerência de Documentação e Informação.

Para racionalizar as rotinas internas, foi desenvolvido, em parceria com a Informática e a Biblioteca, um banco de dados para sistematização do material produzido pela Consultoria, evitando duplicação de esforços, preservando a memória dos trabalhos e facilitando sua consulta.

A Gerência-Geral de Documentação e Informação (GDI) realizou em 2008 mais de 8.500 atendimentos presenciais e eletrônicos a demandas de usuários da Casa e público externo. Seu espaço físico foi ampliado em cerca de 70 m² para fins de acervo e arquivo, e 570 exemplares de livros foram adquiridos, incluindo bibliografia indicada no edital do concurso realizado pela Casa. Uma novidade foi a realização de um inventário da coleção, com coletor de dados para leitura de código de barras.

A compilação da legislação sobre "concessões honoríficas" e "meio ambiente" para a Coleção Temática da Legislação do Estado de Minas Gerais foi concluída, estando em fase de revisão o volume sobre "direitos humanos".

Deu-se continuidade ao trabalho de atualização das matérias em tramitação e das normas jurídicas, incorporando-se as alterações, e foi concluído o levantamento da legislação infraconstitucional que regulamenta dispositivos constitucionais ou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, resultando na elaboração de um quadro que possivelmente ficará disponível para consulta na internet. Também na internet foram incluídos o histórico do trabalho das Comissões Especiais e outros bancos de dados sobre as atividades do Legislativo. Deu-se início, ainda, ao processo de microfilmagem da documentação referente à 15ª Legislatura.

Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo fortaleceu ainda mais seu papel na atualização e capacitação dos públicos externo e interno, no apoio aos Municípios, na educação para a cidadania e no incentivo à participação da sociedade.

Em 2008, foram realizadas 245 atividades para mais de 30 mil pessoas. Para o público interno, os destaques foram o Programa de Capacitação em Planejamento e Gestão de Projetos, o Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais e a atualização sobre legislação eleitoral, tendo em vista as eleições municipais.

Para o atendimento do público externo, foi promovido o Ciclo de Palestras sobre Formação do Povo Mineiro (Pensando em Minas), que contou com exposição, *kit* de DVDs e produção de material para a TV Assembléia e para os Cadernos da Escola do Legislativo. Essa publicação, que sofreu revisão em sua proposta editorial, passou a ser mais direcionada ao público acadêmico e formador de opinião.

A Escola também participou na co-realização de eventos com instituições de ensino superior e avançou no programa de educação a distância, oferecendo cursos-piloto. Manteve ainda os projetos Parlamento Jovem e Visitas Orientadas, que contribuem na difusão da mensagem de participação, cidadania e democracia.

Com relação aos Municípios, foram promovidas diversas ações, como a preparação de agentes políticos, servidores e cidadãos para as eleições municipais; a parceria com o Ceac, para atender a vereadores e servidores de câmaras municipais; e o estímulo e apoio à criação de Escolas do Legislativo nas câmaras, resultando na formação de uma rede estadual com outras 13 escolas, já em funcionamento ou em processo de criação.

Diretoria de Rádio e Televisão (DTV)

TV

A principal conquista do ano de 2008 para a TV Assembléia, resultado de parceria com o Ministério das Comunicações, foi a outorga do canal aberto, que levará a ALMG ao interior do Estado e permitirá uma comunicação direta com a população e um diálogo maior com a sociedade, propiciando uma abertura para a participação popular e uma fonte de informação que possibilitará melhor compreensão do trabalho parlamentar.

Por meio da TV Assembléia, os cidadãos puderam acompanhar a atividade parlamentar no Plenário, nas Comissões e no interior do Estado. Em 2008, todas as reuniões de comissão com convidados foram transmitidas ao vivo ou gravadas para exibição posterior. Houve aumento no atendimento da cobertura dos eventos institucionais e das Comissões, com divulgação da agenda das reuniões.

A programação incluiu novos conteúdos de cunho educativo, refletindo o compromisso com a formação política e a educação para a cidadania. Entrevistas de estúdio com especialistas e personalidades de destaque, divulgação de campanhas de saúde, matérias de interesse público, fatos relevantes e atuais, compuseram a grade de programação da TV. Além disso, foram produzidas reportagens especiais, com temas como o carnaval tradicional do interior e os 20 anos da Constituição do Estado.

As eleições municipais tiveram cobertura especial, não só com informações sobre o andamento das votações em várias partes do Estado e do País e ágil divulgação dos resultados, como também com análises de especialistas e autoridades do mundo político e programas para a conscientização sobre o papel do gestor municipal. Importante ressaltar a parceria com TVs de outros Legislativos na cobertura das eleições.

Os diversos eventos institucionais na capital e no interior foram amplamente documentados, incluindo matérias e entrevistas especiais

relacionadas aos temas abordados. Em especial, citem-se o seminário legislativo "Minas de Minas", o Parlamento Jovem 2008, a comemoração do centenário de nascimento de Guimarães Rosa, a Conferência Estadual de Direitos Humanos e palestras da Escola do Legislativo.

Para atender à grande demanda, a Gerência de Operações trabalhou na busca de soluções para coberturas externas, além de elaborar, em conjunto com o setor de informática, editais para a contratação de sistemas digitais de captação de imagens e empresa para digitalização de áudio e vídeo da TV. Outra importante tarefa realizada pela diretoria foi a gravação e indexação de programas e sua cópia em DVDs.

Rádio

Também o serviço da Rádio teve um salto quantitativo e qualitativo, com a convergência tecnológica de rádio e internet. Em 2008, o número de rádios parceiras para os boletins ao vivo chegou a 212, e já somam 503 as rádios cadastradas para o recebimento de boletins de texto e áudio, em 368 cidades.

No *site*, houve aumento de *downloads* de áudios, a criação do Podcast (ferramenta que permite ao internauta receber automaticamente as atualizações de notícias) e a inserção de arquivos de áudio com discursos de deputados e convidados, oferecendo a outras emissoras mais uma fonte de notícias sobre a ALMG.

A Rádio, que em 2008 atingiu a média mensal de 163 horas no ar, desempenhou também importante papel na divulgação de eventos no interior, como o Expresso Cidadania, o seminário "Minas de Minas", a Conferência de Direitos Humanos, atividades das Comissões e audiências para revisão do PPAG, além de transmitir informações sobre a tramitação das leis e as eleições.

A Rádio interna, embora ainda careça de definição mais clara de seu objetivo e demande mais envolvimento por parte dos outros setores da ALMG, registrou melhoria na relação intersetorial e mais participação dos servidores. Com notícias a cada 15 minutos, a comunicação interna tornou-se mais efetiva e foram incluídas também informações legislativas.

Diretoria de Comunicação Institucional (DCI)

A Diretoria de Comunicação Institucional teve como metas divulgar os trabalhos do Plenário e das Comissões e os eventos institucionais, alcançando toda a população, e planejar e realizar eventos institucionais, desenvolvendo ações integradas de comunicação para os públicos interno e externo. Atenta à importância da internet como meio ágil e abrangente, a Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação ampliou o volume e aprimorou a qualidade das informações disponibilizadas no *site* da Assembléia sobre os eventos institucionais, por meio de *hotsites*. Destacam-se, entre outros, os *hotsites* criados para o Expresso Cidadania e o seminário legislativo "Minas de Minas". Este ano, foram registrados 12 milhões de acessos ao *site* da ALMG. Também no *site*, passou a ser publicado o BIP (Boletim de Informações do Plenário), com informações sobre os projetos constantes da pauta do Plenário. Anteriormente, o BIP era apenas impresso.

Foram ainda elaborados e publicados, na *homepage*, 1.741 notícias e 12.279 fotos, até novembro, sendo que as notícias foram distribuídas para cerca de 1.100 veículos de comunicação. O serviço *Receba notícias* alcançou 8.100 cadastrados. Foram feitos cerca de 1.000 atendimentos por telefone originários de rádios, jornais e TVs. O setor de comunicação visual foi responsável pela elaboração de cerca de 800 peças gráficas.

Na Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial, as ações planejadas de comunicação resultaram em números expressivos de inscrições nos eventos institucionais. São exemplos disso a Conferência de Direitos Humanos, o seminário legislativo "Minas de Minas" e as Audiências Públicas de discussão do PPAG, em que houve um incremento de público da ordem de 30% em relação a 2007.

A cerimônia de entrega das medalhas da Ordem do Mérito Legislativo, planejada a partir de um tema – o centenário de Guimarães Rosa – ganhou mais dinamismo, sentido e identidade no cenário mineiro.

Um resultado concreto foi a avaliação positiva do público presente aos eventos com relação aos aspectos de organização, em 2008. No ciclo de debates "Licenciamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável", a avaliação positiva (respostas "bom" e "ótimo") foi de 79,64%; na Audiência Pública do PPAG, 81%; e no seminário legislativo "Minas de Minas", atingiu 88,25%.

O Centro de Apoio às Câmaras (Ceac) produziu 43 edições de boletim eletrônico para mais de 2.500 assinantes, em 820 Municípios do Estado. Atendeu, ainda, a 331 demandas. Já a Cantata de Natal passou, este ano, a constar do calendário de eventos da Belotur. No setor de publicidade, foram realizadas seis campanhas institucionais, com o objetivo de levar ao conhecimento de todos os mineiros as ações da instituição, na busca pela consolidação da democracia em Minas, estimulando o acompanhamento da vida política e a participação cidadã da sociedade civil como um todo.

Diretoria de Finanças e Informática (DFI)

A Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade (GFC) trouxe mais transparência à gestão administrativa, com a elaboração e publicação dos demonstrativos de despesas. O Safci (Siafi Assembléia) foi aperfeiçoado, e seu contrato anual foi renovado sem o reajuste previsto.

A Gerência-Geral de Sistemas de Informação (GSI) se empenhou na modernização, ampliação e racionalização da infra-estrutura de informática nos gabinetes parlamentares e nos setores administrativos, com troca de impressoras e computadores, aquisição de novos microcomputadores e *notebooks*, além do aumento da velocidade de conexão à internet. Outro destaque foi oferta de internet sem fio para parlamentares e público externo no Plenário, Sala de Imprensa e Biblioteca.

Foi concluído o trabalho de substituição dos sistemas de correio e de rede por *softwares* livres e gratuitos, o que reduziu em 8% o custo das estações de trabalho. Também foi desenvolvido sistema informatizado específico para a tramitação do PPAG.

A Gerência desenvolveu diversas atividades de apoio a outros setores. Promoveu, por exemplo, a integração do Procon da Praça Sete à rede da ALMG e ao sistema informatizado de controle dos atendimentos, facilitando a comunicação com a unidade Lourdes. Com relação à TV Assembléia, a GSI levou o sinal a todas as regiões do Estado, além de armazenar no *site* as entrevistas digitalizadas do programa Mundo Político.

Diretoria de Infra-Estrutura (DIF)

A DIF teve como principal objetivo proporcionar as condições físicas e estruturais necessárias para que o Poder Legislativo pudesse desempenhar suas atividades, contando, para isso, com o apoio e o suporte indispensáveis da Mesa Diretora.

A Gerência-Geral de Suporte-Logístico (GSI), na área de transportes, participou efetivamente no atendimento das demandas relativas ao Expresso Cidadania, tendo disponibilizado veículos oficiais que percorreram aproximadamente 25.000 km.

Em parceria com a GSI, foi desenvolvido um sistema para facilitar o controle da frota de carros na Casa, que tem informações precisas sobre a movimentação de cada veículo, tais como manutenções e consumo, bem como sobre o condutor, com vencimento das carteiras de habilitação, número de pontos lançados em seus prontuários, etc. Essas informações estão disponíveis para os gerentes envolvidos na administração da frota, em tempo real.

A partir de janeiro deste ano, em convênio de cooperação mútua entre a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, a Petrobras Distribuidora e a ALMG, pelo Sistema de Registro de Preços, o fornecimento de combustíveis passou a ser feito nos postos da PMMG, o que acarretou economia da ordem de 33% para gasolina, 18% para óleo diesel e de 45% para álcool.

Reformas estruturais também foram realizadas nas dependências da ALMG, das quais se destacam: reforma geral no andar 1S (garagem A do Palácio da Inconfidência); reforma do Gabinete da Presidência e do Salão Nobre; reforma e ampliação do Plenarinho I; impermeabilização da cobertura do Palácio da Inconfidência; reforma das redes hidrossanitária e pluvial do Palácio da Inconfidência; reforma dos jardins do Palácio da Inconfidência; pintura geral das áreas comuns do Palácio da Inconfidência e Edifício Tiradentes; reforma das esquadrias do Edifício Tiradentes; automação do sistema de cortinas do Salão Nobre; adequação do sistema de iluminação do Palácio da Inconfidência; adequação das cabines dos elevadores do Palácio da Inconfidência; substituição dos pisos dos Plenarinhos; início das obras de adequação dos sistema de combate a incêndio para atendimento às normas do Corpo de Bombeiros; e adequação das cabines dos elevadores do Palácio da Inconfidência.

A Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio (GMP) providenciou o cadastramento dos órgãos internos da Casa e dos servidores que trabalharão no sistema Siad-Seplag, para fazer solicitação, pedido, aprovações ou compra propriamente dita.

A ALMG formalizou Termo de Adesão, consoante as regras estabelecidas na Resolução nº 39, de 4 de outubro de 2007, da Seplag, tendo por objetivo permitir o acesso e a utilização dos seguintes subsistemas:

I – Cadastro Geral de Fornecedores – Cagef;

II – Catálogo de Materiais e Serviços – Catmas;

III – Compras – Siscom;

IV – Cotação Eletrônica de Preços – Cotep;

V – Pregão Presencial – Sisprep;

VI – Pregão Eletrônico – Sisprel;

VII – Registro de Preços – Regpre;

VIII – Melhores Preços – SISMP.

A Coordenação de Orientação e Segurança (COS), por intermédio da Assessoria de Segurança do Trabalho (AST), vem desenvolvendo atividades nas questões relacionadas a Brigada de Incêndio, Prevenção e Combate a Incêndios, Controle de Pânico, Primeiros Socorros e Situações de Emergência.

Entre outras atividades administrativas, a AST participou de várias reuniões com as empresas que prestam serviços na Assembléia (Adservis, Cetest, Astec, Shindler e Assprom), além do Iplemg, da Cemig, do Corpo de Bombeiros, do Crea, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e do Ministério do Trabalho, para minimização dos problemas relacionados às questões de higiene, medicina e segurança do trabalho. Em seguida, encaminhou às áreas afins várias propostas de melhorias das condições de higiene e segurança do trabalho, cujas reclamações chegaram à AST.

Diretoria de Recursos Humanos (DRH)

Dentre os fatos que merecem destaque, não se pode deixar de mencionar o desmembramento das áreas de Suporte Logístico e Material e Patrimônio da antiga Diretoria de Administração e Recursos Humanos, o que resultou na criação da DIF e da DRH. A inovação significou não apenas uma reorganização do organograma da Casa, mas a sinalização de novas ações, visando à valorização do servidor e dos setores que dão suporte à instituição.

Com o objetivo de continuar propiciando o apoio técnico e o suporte administrativo necessários ao bom desempenho das atividades parlamentares, a DRH não mediu esforços para planejar e executar o maior e mais complexo concurso público da história da ALMG, visando ao preenchimento de 226 vagas para 50 especialidades/áreas de seleção, 40 das quais de nível superior e 10 de nível médio. Em 2008 realizou-se o concurso, com diversas etapas de seleção, visando ao atendimento das necessidades específicas de cada setor da Casa.

A DRH empreendeu, com a colaboração do Instituto Nexus – Centro de Informação Estratégica –, uma pesquisa de clima organizacional, tendo sido ouvidos, para tanto, 630 servidores do quadro permanente, bem como de recrutamento amplo, chefes de gabinete e funcionários terceirizados, os quais se manifestaram com relação a suas rotinas de trabalho e seu índice de satisfação com a ALMG, bem como sobre a atividade da instituição, de seus parlamentares e, ainda, acerca da atuação de suas chefias. A pesquisa propiciou levantamento de informações para subsidiar o planejamento da Área de Recursos Humanos, como é de praxe em todas as grandes corporações.

Também, durante o ano de 2008, teve lugar o Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais (PDG), realizado em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas e o Business Institute Minas. O programa, desenvolvido nos meses de agosto a dezembro de 2008, com duração de 64 horas-aula, contou com a participação de todos os gerentes e diretores da Casa.

Cabe mencionar, por fim, dois programas voltados para a saúde e o bem-estar dos servidores da ALMG, os quais contaram com participação ativa da Coordenação de Saúde e Assistência: trata-se dos programas de desestímulo ao tabagismo e de reeducação alimentar, que tiveram grande receptividade junto ao corpo funcional da Casa, alcançando índice de sucesso superior à média verificada nas grandes empresas do País.

Procuradoria-Geral (PGA)

A Procuradoria-Geral registrou um desempenho muito positivo no ano, pelo cumprimento satisfatório de suas atribuições, o aprimoramento das inter-relações com os demais setores e a implementação de novas atividades.

Foram atendidos, em 2008, 1.066 processos administrativos, envolvendo defesas trabalhistas, contestações em ações diversas, informações e defesas em mandados de segurança e ações diretas de inconstitucionalidade e peças recursais. A Procuradoria elaborou 371 peças jurídicas, com destaque para as ações referentes ao teto remuneratório, à URV, ao concurso da ALMG – Edital 01/2007, mandados de segurança, ADIs e cautelares.

A implantação da central de contratos possibilitou o controle de todas as etapas dos contratos, a integração com a DGE e os demais setores. Além disso, a atualização da base de dados permitiu um aprimoramento no controle dos processos em tramitação e no acompanhamento de ações.

Procon

O Procon, ligado à Procuradoria, deu continuidade ao importante papel de instruir e auxiliar o consumidor. O programa Educação para o Consumo contou com a participação de 17.000 pessoas em 2008, por meio das ações Procon na Escola, Procon para o Fornecedor, Procon para a Empresa, Procon para o Trabalhador, além de campanhas educativas, audiências públicas e demais eventos.

Neste ano, foram feitos mais de 80.000 atendimentos ao público por telefone e pessoalmente, além de terem sido respondidos mais de 2.000 e-mails. Foram também realizadas mais de 100 pesquisas de preço.

Registre-se ainda que, neste ano, o Procon Assembléia foi eleito um dos membros do Conselho de Usuários da empresa de telefonia OI. O conselho, instituído pela Resolução nº 490, de 2008, da Anatel, é composto de 12 integrantes, seis representantes de entidades de defesa do consumidor e seis usuários do sistema. O Procon será representado por seu coordenador.

Um dos objetivos do conselho é analisar, debater e propor soluções na eventual existência de conflitos entre usuários e concessionária. Também deve propor alternativas que possibilitem a melhoria e a adequação dos serviços de telefonia prestados aos usuários.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/12/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Gilson José de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando José de Souza Lima Filho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Luiz Carlos Marinetti do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rodrigo Marzano Antunes Miranda para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elisa Costa

exonerando Sílvia Regina Melo Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando Dilsa Sidia Silva Aguiar do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Vitor Hugo de Paiva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Helvécio

exonerando Vítor Mário Valverde do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda

exonerando Bruno Soares Moura do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Otávio Guilherme Silva e Souza do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Patrícia da Rocha Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Andréia Fátima da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Otávio Guilherme Silva e Souza para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Valéria Márcia Frostcher Gerônimo e Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Walter Tosta

exonerando Edna Marques Mourão do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Marcílio Cossenzo Géa do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

exonerando Solange Aparecida de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Edna Marques Mourão para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Marcelo Amorim Moreno para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Amélia Cristina Silva Machado Prieto do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

exonerando Davidson Cardoso Pereira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

exonerando Frank Jesus de Resende do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Joana Paula Seixas do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Patricia Lacerda Lima do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Rodrigo Ferreira Figueira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Rosivaldo Correia de Mendonça do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Vitor Vinicius da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Joana Paula Seixas para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando João Batista da Costa para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Marcos José Rabêlo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Ricardo Luiz Mendonça de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rodrigo Ferreira Figueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rosivaldo Correia de Mendonça para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Sílvia Regina Melo Ferreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Vitor Vinicius da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo: exonerando Agostinho César Valente do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

exonerando Dilma Sandra de Carvalho Silva Passos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

exonerando Giselle Cristina de Lima do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Lúcia Angélica Diniz Nepomuceno do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

exonerando Ricardo de Almeida Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

exonerando Rodrigo Marzano Antunes Miranda do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Rubens Eustáquio Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Antônio Henrique Leal dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Dilsa Sídia Silva Aguiar para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando João Carlos Júnior para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marcos Joseraldo Lemos para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marcus Vinícius de Souza Bahia para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Patrícia de Jesus Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Pedro Euzébio Sobrinho para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Valdecir Antônio Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Vitor Hugo de Paiva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Délma Sonia de Carvalho Silva Paiva do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Cássio Remis Santos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando João Mauro Bernardo para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Marilda do Perpétuo Socorro para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PT.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2008

Objeto: aquisição de peças de reposição para equipamentos gráficos.

Pregoante vencedora: Gesmag Comércio e Serviços Ltda.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2008

Objeto: aquisição de licenças para o "software" Symantec Multi-Tier.

Pregoante vencedora: Bizmart Tecnologia da Informação Ltda.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Padrão IX - Informática e Sistemas Abertos Ltda. Objeto: prestação de serviço de atualização de versões e de suporte a programas (já licenciados) BRS Search, Net Answer 1.0 e VB Toolkit. Objeto deste aditamento: 3ª prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 30/1/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009(33903900).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Daniel de Souza Antunes - ME . Objeto: Prestação de Serviços de Lavagem Geral e Revitalização de Pintura em Veículos Automotores da Frota desta Assembléia, Poe Empresa Localizada em Belo Horizonte. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2009 (3.3.90.30). Vigência: 12 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: Processo Licitatório nº 89/2008 - Pregão Eletrônico nº 83/2008.